

V

RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR

Política de comércio exterior

Em 1998, as medidas relacionadas ao comércio exterior objetivaram maior equilíbrio no intercâmbio comercial, diante da crise financeira internacional, iniciada nos mercados asiáticos e agravada pela decretação de moratória na Rússia, que repercutiu em todo o mundo, especialmente nos países emergentes.

No decorrer do ano, a política de comércio exterior orientou-se para a promoção e fortalecimento das exportações, criando e ampliando programas, ou buscando dinamizar os mecanismos existentes, com estabelecimento de normas e de facilidades para financiar a atividade exportadora.

Com relação ao Proex, em 13.1.98, a Portaria MF n° 7 ampliou a lista de produtos elegíveis tanto na modalidade de financiamento como na de equalização das taxas de juros, ambos com referência à fase pós-embarque. A nova lista incluiu capítulos inteiros da NCM, sendo mais abrangente que a anterior. Pela Portaria Mict n° 23, de 19.2.98, foram incluídos, entre os produtos elegíveis para o Proex, os resíduos de óleo de soja e o ferro fundido em bruto, quando os prazos de pagamento das exportações forem de até 360 dias.

A Resolução do CMN n° 2.490, de 30.4.98, permitiu a utilização combinada das modalidades do Proex numa mesma operação de exportação. Dessa forma, uma operação poderá ter uma parte financiada pelo Tesouro Nacional (modalidade financiamento) e a parte restante pelos bancos privados, nacionais ou estrangeiros, no sistema de equalização da taxa de juros. Posteriormente, os critérios aplicáveis às operações do Proex foram redefinidos e as mercadorias elegíveis elencadas, com os objetivos de atender à demanda do setor exportador e de engajar as pequenas e médias empresas, de modo a ampliar a base das exportações brasileiras.

O Conselho Monetário Nacional aprovou a consolidação das normas do Proex, para tornar o programa mais eficiente e melhor sintonizado com a corrente situação econômica brasileira, determinando as seguintes alterações:

- inclusão da área de *software*;
- redução dos prazos mínimos, de 360 para 60 dias na linha de equalização e de 180

para 60 dias na de financiamento;

- permissão para que bancos radicados no Brasil possam conceder garantias a exportadores e facilitar a obtenção de financiamento junto ao programa por empresas sem prévio acesso a garantias externas;
- admissão do seguro de crédito à exportação como garantidor da operação;
- maior autonomia para o Ccex (Comitê de Crédito à Exportação), que recebeu a faculdade de eliminar a necessidade de aval do exportador.

Ao final do ano, de acordo com as Portarias Mict n° 146 e 147, de 28.12.98, foi ampliada a área de atuação do Proex, permitindo-se que maior número de produtos se enquadrassem nas modalidades de crédito, sendo o programa estendido para mais de oito mil itens tarifários, abrangendo mais de 90% da pauta.

Também foram redefinidos os critérios aplicados às operações de financiamento e equalização ao amparo do programa, pelas Resoluções do CMN n° 2.575 e 2.576, de 17.12.98. Determinou-se a redução dos prazos de financiamento e de equalização, com o objetivo de adequação aos prazos praticados internacionalmente. Com isso, os financiamentos diretos do Proex passaram a contemplar também produtos com menor ciclo de comercialização, que anteriormente não se enquadravam nas regras do programa, dentre os quais cabe citar calçados, frangos, produtos da linha branca e frutas.

Ainda nesse sentido, foram reduzidos os prazos de financiamento para até, no mínimo, dois meses, dependendo dos produtos e da garantia oferecida, gerando economia nos custos de financiamento. Foi autorizada a concessão de financiamento a entidades estrangeiras do setor privado, dispensando-se o direito de regresso nos casos em que a garantia seja de substituição de primeira linha, do CCR ou com base em seguro de crédito à exportação.

A redução nos prazos mínimos de equalização irá proporcionar maior competitividade às operações do BNDES, um dos principais bancos financiadores das exportações com recursos do Proex, e aumento da demanda por financiamentos, com maior número de empresas tomadoras, enquanto a diminuição dos prazos poderá favorecer o fluxo de caixa do Tesouro Nacional, de onde saem os recursos do Proex, administrado pelo Banco do Brasil.

Em 6 de março, o Decreto n° 2.509 regulamentou a Lei n° 9.531, que criou o Fundo de Garantia de Promoção da Competitividade (FGPC), estabelecendo como beneficiárias as microempresas com faturamento anual de até R\$ 720 mil e as médias empresas com faturamento anual de até R\$ 15 milhões, desde que sejam exportadoras ou fabricantes de insumos utilizados na produção de bens exportáveis. Os recursos do fundo poderão garantir no máximo 70% de cada operação de financiamento.

Para viabilizar a constituição do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e do Fundo de Garantia de Promoção da Competitividade (FGPC), criados para impulsionar a atividade exportadora, o Governo, por meio de decretos publicados em março, estabeleceu a transferência de ações do Banco do Brasil e da Telebrás, depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária, para os referidos FGE e FGPC.

A Instrução Normativa SRF n° 35, de 2.4.98, estabeleceu as condições para a utilização do Regime Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Unificado (Recof), previsto no Decreto n° 2.412, de 3.12.97. O regime permite importar, com suspensão do pagamento de tributos, mercadorias a serem utilizadas na industrialização de produtos exportáveis. Poderão habilitar-se a operar no Recof as empresas industriais com patrimônio líquido superior a R\$ 2 milhões, desde que assumam o compromisso de exportar no mínimo R\$ 20 milhões, nos três primeiros anos de utilização do regime, e R\$ 40 milhões, a partir do quarto ano, assim como vendam, no mercado interno, sem nenhuma elaboração, um máximo de 20% do valor das mercadorias importadas.

Quanto às importações, visando dar continuidade ao processo de abertura comercial, buscou-se disciplinar e adequar as tarifas do imposto de importação às reais necessidades da economia.

O Decreto n° 2.503, de 19.2.98, alterou o cronograma de convergência à TEC de diversos tipos de leite em pó, elevando as alíquotas do imposto de importação de 27% para 33%, em 1998, convergindo para 16% em 2001, e não mais para 19%. Também incluiu na Lista de Exceção alguns tipos de queijo, com alíquotas e convergência iguais às do leite.

Foram tomadas medidas de cunho administrativo, com vistas a aplicar o acordo sobre a implementação do artigo 7° do Gatt, de 1994, que trata da valoração aduaneira. A sistematização desse mecanismo, com a utilização de parâmetros de preços internacionais, objetiva detectar e coibir o subfaturamento de importações e a prática de *dumping*. Assim, o Decreto n° 2.498, de 13.2.98, estabeleceu que toda mercadoria submetida a despacho de importação está sujeita ao controle do correspondente valor aduaneiro. A Portaria MF n° 28, de 16.2.98, estabeleceu a implantação da valoração aduaneira de maneira gradual, de acordo com as disponibilidades de informações específicas sobre as mercadorias. Determinou, ainda, a implementação do tratamento eletrônico do sistema a partir de 2 de março de 1998, por meio de módulo específico do Siscomex. As instruções normativas da SRF, de n°s 16 e 17, de 16.2.98, estabeleceram os procedimentos para controle do valor aduaneiro das mercadorias importadas de acordo com as notas explicativas da Organização Mundial de Alfândegas.

Adicionalmente, em 8.10.98, a Instrução Normativa n° 116 determinou que, de 1.10.98 a 31.12.98, estariam obrigatoriamente submetidas ao controle do valor aduaneiro declarado as importações de mercadorias originárias, adquiridas ou processadas em uma

série de países e regiões especificados, caracterizados como mercados que oferecem incentivos fiscais.

Em 12.6.98, o Decreto nº 2.624 alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul, desagregando itens específicos com estabelecimento de alíquotas diferenciadas para determinados produtos anteriormente agrupados no mesmo código tarifário. O mesmo normativo alterou alíquotas do Imposto de Importação de diversos produtos constantes da TEC e ampliou a Lista de Exceção, visando, em alguns casos, reconstituir as condições de competitividade da indústria brasileira e, em outros, atender recomendações de grupos técnicos do Mercosul quanto ao nível mais adequado da alíquota.

No segundo semestre, o governo estendeu aos produtos importados alguns requisitos quanto a normas técnicas de metrologia legal, de defesa agropecuária, de higiene e de controle sanitário e fitossanitário, adotados internamente, para proporcionar ganhos de qualidade ao consumidor nacional e nivelar o tratamento dado a fabricantes nacionais e importadores. Tais requisitos, alguns ainda em fase de elaboração, estão previstos nos acordos firmados bilateralmente pelo país, bem como no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Entre as normas técnicas previstas, no âmbito da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), pode-se citar a portaria que delega competência para se exigir certificado de origem para produtos importados para telecomunicações. Ao estabelecer maior rigor quanto a normas técnicas, o Inmetro (Instituto Brasileiro de Metrologia, Normalização e Qualidade) adquire importante função e amplia seu espaço de atuação na regulamentação dos produtos importados, fixação de peso, tamanho, forma e cores, notadamente nos quesitos de segurança do consumidor, saúde e meio ambiente.

O Comunicado Decex nº 23, de 1.9.98, manteve o mecanismo que permite analisar previamente os pedidos de licenciamento de importações, estabelecendo a obrigatoriedade de consulta ao Siscomex para verificar se o produto está sujeito ou não a tratamento administrativo. De acordo com a Circular Secex nº 40, de 30.10.98, ficou estabelecido, a partir de 16.11.98, o licenciamento não-automático rotineiro das importações de produtos sujeitos a certificação de conformidade compulsória e metrologia legal, conforme definido pelo Inmetro. A alteração visa a agilizar os procedimentos, com a vantagem de acesso à lista pelo Siscomex, dispensando, dessa forma, consulta a normativos de 14 órgãos anuentes.

Outros normativos foram emitidos pelos respectivos órgãos competentes, estabelecendo os procedimentos a serem adotados, sempre vinculados ao Siscomex. Determinados bens de consumo duráveis sujeitam-se à comprovação de padrões mínimos de qualidade para que seja expedida sua Licença de Importação. Inicialmente, foram estabelecidas exigências sobre 23 produtos, como pneumáticos e equipamentos elétricos, para os quais já havia normas técnicas aplicadas às transações internas.

Também passaram a ser exigidos padrões de qualidade nas importações de produtos agrícolas, da área de saúde, alimentos, insumos industriais, fertilizantes e químicos. Há que se considerar que o licenciamento não-automático existe em quase todos os demais mercados, muitas vezes para maior número de produtos, e que o Brasil, que antes mantinha atitude de maior liberalidade a esse respeito, procurou adequar-se aos procedimentos usualmente adotados por seus parceiros comerciais. Dentre os produtos importados abrangidos pelas medidas, destacam-se brinquedos, aparelhos elétricos, pneumáticos, vidros de segurança, equipamentos eletroeletrônicos, carrocerias para ônibus, automóveis e ônibus.

A Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e a Secretaria da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento emitiram portarias que relacionam os produtos sujeitos ao licenciamento prévio de importações. Posteriormente, a Secex/Mict informou por Nota Explicativa que tais exigências já estavam previstas para grande número de produtos, e que estão sendo alterados apenas os procedimentos de controle e fiscalização, que passam a ser realizados pelo Siscomex, a fim de agilizar o processo. As listas disponíveis no Siscomex têm como objetivo melhor orientar o importador quanto às exigências sanitárias e fitossanitárias a serem cumpridas, reduzindo despesas geradas pelo aguardo da fiscalização, que antes ocorria no momento da armazenagem nos terminais alfandegados.

Em 12 de agosto, as Portarias MF n^{os} 201 e 202 alteraram para 5% as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre máquinas e equipamentos não produzidos no país, os denominados “ex-tarifários” de bens de capital, bem como excluíram ou especificaram mais detalhadamente as mercadorias citadas no anexo “B” da Portaria MF n^o 339, de 18.12.97. Posteriormente, em 18.9.98, a Portaria MF n^o 245 excluiu da lista 63 produtos e descreveu mais detalhadamente outros 77, para evitar dúvidas e corrigir erros de enquadramento do benefício tarifário nos casos de existência de produção nacional similar. A maioria desses itens refere-se a equipamentos diversos voltados para os setores químico, farmacêutico, siderúrgico, de bombas e compressores, impressoras e máquinas de controle numérico.

As Portarias MF n^o 68, de 2.4.98, n^o 319, de 27.11.98, e n^o 343, de 23.12.98, procuraram corrigir eventuais erros de classificação de produtos e dar maiores esclarecimentos quanto ao correto enquadramento de “ex-tarifários” incluídos em portarias anteriores, assim como excluíram outros.

Proseguiu-se com a política de utilizar os mecanismos de defesa contra práticas desleais de comércio, com a investigação da existência de *dumping* e aplicação das medidas necessárias, quando comprovado o dano à indústria nacional.

A Câmara de Comércio Exterior orientou quanto à necessidade de as empresas recorrerem com maior frequência aos processos de defesa comercial e que, para tanto,

prestem informações com maior tempestividade, o que deverá agilizar os processos *antidumping* e anti-subsídios no âmbito da Secex/Mict. Os prazos de abertura de investigação contra tais práticas foram reduzidos de 30 a 40 dias para até 15 dias. Medidas provisórias *antidumping* e anti-subsídios poderão ser aplicadas no prazo de 60 dias após a abertura da investigação, contra os 90 a 120 dias aplicados anteriormente. A aplicação das medidas foi também estendida aos parceiros do Mercosul. Adotaram-se, assim, procedimentos utilizados internacionalmente para evitar que a produção nacional venha a ser prejudicada pela concorrência predatória de mercadorias importadas.

No âmbito do Regime Automotivo, de acordo com o Decreto n° 2.770, de 3.9.98, foi determinada, pelo terceiro ano consecutivo, a redução de 50% nas alíquotas estabelecidas para a importação da cota de até 50 mil veículos, para aquisições de empresas não-fabricantes de veículos no Brasil, desde que as mercadorias sejam procedentes e originárias do Japão, da União Européia ou da Coreia do Sul.

A Instrução Normativa n° 106, de 25.8.98, permitiu alteração temporária no sistema de despacho aduaneiro de exportação e importação, com o objetivo de atenuar os efeitos da paralisação dos fiscais aduaneiros, ocorrida em agosto, e impedir o acúmulo de mercadorias nos portos e aeroportos. Também foi revogada a norma que previa o cancelamento das DI referentes a mercadorias não desembaraçadas no prazo de 15 dias, evitando que a greve influenciasse no cancelamento de tais operações. A regra havia sido adotada em 1997, quando a SRF constatou que a multiplicidade de registros de uma mesma importação afetava negativamente os números da balança comercial.

Foi adotado, pela Circular n° 2.836, de 8.9.98, o Câmbio Simplificado nas exportações de valor até US\$ 10 mil, registradas no Siscomex, desburocratizando e facilitando operações de pequeno porte. A criação desse mecanismo veio facilitar o trâmite burocrático dessas operações, beneficiando as pequenas e médias empresas, as quais têm ainda pouca participação no total das receitas, mas cujo potencial é grande e pode vir a contribuir, em futuro próximo, para a obtenção de resultados mais satisfatórios na balança comercial brasileira.

Ainda com objetivo de desburocratizar, possibilitou-se a efetivação de pagamentos e recebimentos de contas internacionais com cartão de crédito, permitindo os ingressos de valores relativos a tais exportações e àquelas autorizadas pela Secex, sem registro no Siscomex, nesse caso realizadas no câmbio flutuante, adequando o país ao mesmo patamar de facilidades oferecido pelos seus parceiros e concorrentes do comércio mundial.

A tramitação das importações foi facilitada com a edição da Instrução Normativa n° 111, da SRF, de 17.9.98, que eliminou a obrigatoriedade de apresentação de documentos pelo importador, para a conclusão da operação, nos casos em que a mercadoria tenha obtido a dispensa de fiscalização (canal verde). Assim, uma vez registrada a operação por meio de sua DI, a mercadoria será automaticamente liberada.

A Circular do Banco Central n° 2.840, de 23.9.98, alterou o Regulamento de Importações, instituído pela Circular do Banco Central n° 2.730, de 13.1.96, dispensando da obrigatoriedade da contratação de câmbio para liquidação futura os pagamentos de importações de produtos de consumo alimentar básico, destinados ao atendimento de necessidades conjunturais de abastecimento. Esse mecanismo foi utilizado no último trimestre de 1998 com relação às aquisições externas de arroz, de acordo com as Portarias MF n° 221, de 27.8.98, com vigência até 30.9.98, e MF n° 242, de 14.9.98, em vigor até 30.11.98.

Em 9 de setembro, o governo lançou o Programa Especial de Exportação, sob coordenação da Câmara de Comércio Exterior, que engloba 55 setores exportadores, representando quase 90% das vendas externas do Brasil em 1997. Com sua implementação, o governo estabeleceu a meta indicativa de exportar US\$ 100 bilhões em 2002, na perspectiva de zerar o déficit comercial, contribuindo para o processo de estabilização da economia nacional. Para gerenciar o programa, foram indicados representantes do setor privado nacional, que deverão identificar os fatores que vêm comprometendo o desenvolvimento exportador, principalmente nas áreas de financiamento, promoção e logística.

Apesar de ainda não terem apresentado resultados significativos, os novos sistemas de financiamento, o seguro de crédito à exportação e o programa de promoção comercial foram alguns dos marcos da política de comércio exterior em 1998.

Em 1.10.98, a Portaria n° 147 da Agência Nacional do Petróleo estabeleceu a obrigatoriedade de sua autorização prévia e expressa para o exercício da atividade importadora de petróleo; além disso, somente serão autorizados a exercer tal atividade empresas ou consórcios de empresas que atendam os dispositivos previstos na Lei n° 9.478/97, bem como as demais exigências contidas na legislação sobre comércio exterior. Em 29.12.98, pelas Portarias ANP n°s 203 e 204, tal obrigatoriedade foi estendida às importações de gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação.

Relativamente ao Mercosul, foi divulgada, em 21.12.98, por meio da Circular n° 43 da Secex, a decisão do Conselho do Mercado Comum, que estabeleceu o regime de origem no grupamento, tendo sido prorrogado o regime de *drawback* no comércio intrabloco até o ano 2000.

Em 21.10.98, pela Circular do Banco Central n° 2.845, foi prorrogado por quatro meses, até 28 de fevereiro de 1999, o regime especial de contratação de câmbio de importação, vigente para as mercadorias provenientes do Mercosul, Chile e Bolívia. Com isso, permaneceram em vigor as condições especiais, estabelecidas desde abril de 1997, para compras com valores inferiores a US\$ 40 mil, dispensadas de contratação antecipada de câmbio.

No âmbito administrativo, em 20.10.98, ficou determinado, por meio da Portaria n° 7 da Secex, que somente poderão realizar operações de comércio exterior as pessoas físicas ou jurídicas que estiverem cadastradas no Registro de Exportadores e Importadores da Secex, numa tentativa de coibir as fraudes, ao exigir comprovação de localização da sede, de capital mínimo e de inexistência de débitos fiscais.

Política cambial

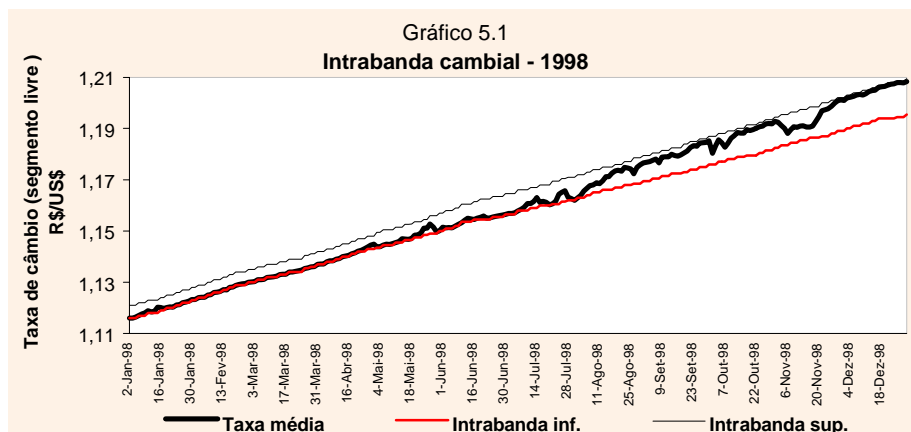
A política cambial não apresentou alterações em sua orientação em 1998, ainda que a grande variação do fluxo de capitais externos ao longo do ano, em função de choques ocorridos no mercado financeiro mundial, tenha determinado alterações no ritmo de desvalorização. Manteve-se o sistema de faixa de flutuação cambial, com a variação intrabanda sendo determinada pelo sistema de leilões de *spread*. Dentro das expectativas do mercado, os limites da faixa cambial foram elevados, por intermédio do Comunicado n° 6.002, de 20.1.98, passando do mínimo de R\$ 1,05 por dólar e do máximo de R\$ 1,14 por dólar para R\$ 1,12 e R\$ 1,22, respectivamente.

A crise da economia russa, com seus reflexos sobre o mercado financeiro mundial, marcou dois períodos distintos do mercado cambial brasileiro em 1998. No primeiro, sob influência das medidas de estímulo à entrada de capitais externos adotadas ao final de 1997, como a elevação dos juros e a redução do prazo médio mínimo de amortização dos empréstimos externos, entre outras, ocorreu influxo de capitais que permitiu a recomposição das reservas internacionais.

De fato, o cupom cambial, que foi significativamente elevado em novembro de 1997, para conter a saída de capitais, voltou ao nível anterior a outubro daquele ano apenas em abril de 1998, mês no qual as reservas internacionais atingiram o máximo de US\$ 74,7 bilhões no conceito de liquidez internacional, US\$ 22,5 bilhões a mais que ao final de 1997. Por sua vez, a redução do prazo médio mínimo de amortização dos empréstimos externos, em novembro de 1997, pôde ser revertida já no início de 1998, o que se deu por intermédio da Circular n° 2.807, de 26.2.98, que elevou o prazo médio mínimo de amortização de 12 para 24 meses e o de renovações e prorrogações de 6 para 12 meses.

Esse influxo de recursos impôs a necessidade de um grande número de leilões de compra pelo Banco Central no período: dez em janeiro, 17 em fevereiro e 17 em março.

Os leilões de *spread*, que ditam o ritmo das desvalorizações, ocorreram em intervalos regulares, em número de sete a cada mês, com exceção de dezembro, quando ocorreram oito leilões. A amplitude da intrabanda, determinada pelos leilões, reduziu-se a cada leilão até o final de abril, passando de 0,448%, no início do ano, para 0,437%. Assim, o limite inferior da intrabanda variou de R\$ 1,1160 por dólar dos Estados Unidos ao final



de 1997 para R\$ 1,1435 ao final de abril, e o limite superior passou de R\$ 1,1210 para R\$ 1,1495 (crescimento de 2,5%).

A taxa de câmbio no segmento livre (compra) acompanhou o movimento da intrabanda e passou de R\$ 1,1156, ao final de 1997, para R\$ 1,1435, ao final de abril. É de se notar que, nesse período, a taxa média ficou próxima ao limite inferior da intrabanda, como reflexo do grande afluxo de capitais externos.

O crescimento da captação de recursos externos e o constante surgimento de novas modalidades de operações tornaram necessário o aprimoramento e a atualização das normas e dos controles sobre esses recursos. Cabe citar alguns, em função do seu impacto no mercado financeiro e cambial. A Circular n° 2.812, de 18.3.98, alterou e consolidou as normas que regulamentam a constituição e o funcionamento de fundos de renda fixa - capital estrangeiro. Igualmente, a Circular n° 2.483, de 27.3.98, alterou e consolidou a regulamentação acerca da captação de recursos no mercado externo para concessão de empréstimos ou financiamentos a atividades rurais e agroindustriais, cujos mecanismos de acompanhamento foram aperfeiçoados por força da Circular n° 2.822, de 3.6.98 (reeditada em 8.6.98).

Algumas medidas operacionais, de controle e de aperfeiçoamento do mercado de câmbio, também foram adotadas nesse período de maior entrada de recursos externos, entre as quais a prorrogação da vigência da exceção concedida aos países do Mercosul, ao Chile e à Bolívia, quanto à obrigatoriedade de prévia contratação de câmbio nas importações com prazo de até 360 dias. O prazo foi prorrogado por três vezes no ano, por meio da Circular n° 2.805, de 11.2.98, da Circular n° 2.823, de 18.6.98, e da Circular n° 2.845, de 21.10.98, que estendeu o prazo até 28.2.99. A Circular n° 2.840, de 23.9.98, também dispensou da obrigatoriedade de contratação de câmbio para liquidação futura as importações de produtos de consumo alimentar básico, a critério do Ministério da Fazenda, tendo em vista o seu adequado abastecimento em períodos de conjuntura interna desfavorável, como foi o caso do arroz em 1998.

Como forma de regularizar a situação de recursos externos pertencentes a investidores estrangeiros representantes de interesses coletivos, indevidamente aplicados em fundos de investimento financeiro, sem, contudo, provocar a sua repatriação, a Circular n° 2.813, de 18.3.98, facultou a sua aplicação em fundos de renda fixa - capital estrangeiro. Os recursos transferidos foram da ordem de US\$ 2,7 bilhões.

A Circular n° 2.819, de 29.4.98, restringiu as modalidades de instrumentos para pagamentos de transações cujas operações de câmbio podem ser cursadas sob o Convênio de Créditos Recíprocos, tanto para instrumentos de pagamento emitidos no país quanto no exterior. Delimitou ainda as operações ao abrigo do Convênio apenas às comerciais e às diretamente vinculadas ao comércio.

Os procedimentos cambiais referentes às exportações financiadas foram aperfeiçoados pela Circular n° 2.825, de 24.6.98, com a permissão do encadeamento de contratos de câmbio de exportação celebrados anteriormente ao embarque de mercadorias com operações no âmbito do Proex, na modalidade de financiamento do Tesouro Nacional. Assim, tornou-se possível obter recursos do Proex para a cobertura de adiantamentos sobre contratos de câmbio, o que facilita o financiamento das exportações pela ampliação do prazo de financiamento. O mesmo normativo introduziu melhorias no que se refere à liquidação de ACC por meio de financiamento do BNDES no âmbito do Proex.

A retração no fluxo de recursos, intensificada pelo efeito da crise da Ásia no mercado financeiro internacional, já se fez notar a partir de abril, dando início a um novo período para o mercado de câmbio, caracterizado pela redução da entrada de capitais externos e das reservas internacionais. O número de leilões de compra de câmbio pelo Banco Central diminuiu para sete em abril, quatro em maio, seis em junho, e sete em julho. Nos meses de agosto a dezembro, não houve leilões de compra, com exceção de um em outubro. Deve-se lembrar que o Brasil foi particularmente afetado pela crise russa, pois o temor de contágio determinou inclusive a redução da classificação da dívida externa do país por empresa de *rating* em razão da elevação do risco soberano, o que colaborou para a queda de US\$ 21,5 bilhões nas reservas internacionais do país no mês de setembro, e de US\$ 28,8 bilhões em relação ao nível registrado em abril.

Cabe notar que o Banco Central não realizou leilões de venda em 1998, mesmo em setembro, período mais agudo de saída de recursos externos, contrariamente ao ocorrido na crise de outubro de 1997. Também não foram registradas variações nas posições de câmbio dos bancos na magnitude ocorrida em outubro (-US\$ 1,9 bilhão) e novembro (+US\$ 2,1 bilhões) de 1997. Em 1998, registrou-se maior oscilação em maio (-US\$ 754 milhões) e junho (+US\$ 585 milhões), e novamente em novembro (+US\$ 431 milhões) e dezembro (-US\$ 832 milhões).

Por outro lado, o cupom cambial, que em agosto havia se reduzido para 4,62% a.a., em razão da desvalorização cambial esperada no mercado futuro, de 14,03% a.a., elevou-se para 29% a.a. em setembro e 31,63% a.a. em outubro, basicamente em função da elevação das taxas de juros pelo Copom, na tentativa de conter a perda de reservas cambiais.

A amplitude da intrabanda cambial, que vinha se reduzindo até então, passou a ser aumentada, a partir de 30 de abril, como forma de acomodar a maior volatilidade da taxa frente à redução no ingresso de recursos e a maior incerteza no mercado provocadas pela crise na Ásia e na Rússia. A amplitude passou de 0,437% no final de abril para 1,171% no final do ano.

Assim, a taxa cambial livre (compra) se elevou de R\$ 1,1435 por dólar no final abril para R\$ 1,2079 no final do ano, o que representa desvalorização cambial de 5,6% no período e de 8,3% no ano, enquanto em 1997 atingira 7,4%. Considerada a taxa média anual (compra), a desvalorização em 1998 atingiu 7,6%, contra 7,3% em 1997.

Também como resultado da mudança nas condições do mercado cambial, a taxa se aproximou do limite superior da intrabanda. Enquanto de janeiro a julho a diferença entre o limite inferior e a taxa de compra era de 0,06%, em média, com o máximo de 0,14% em julho, entre agosto e dezembro a média passou para 0,84%, com o mínimo de 0,5% em agosto e máximo de 1,24% em dezembro.

O prazo médio de amortização dos empréstimos foi novamente reduzido para 12 meses, no caso de empréstimos novos, e para seis meses no caso de renovações ou prorrogações. Essa redução, determinada na Circular nº 2.834, de 24.8.98, foi prevista para vigorar até 2.12.98, e estendida por prazo indeterminado pela Circular nº 2.850, de 30.11.98.

Ainda com o propósito de estimular a captação de recursos externos, ou adiar a sua repatriação, outras medidas foram adotadas. Pela Instrução nº 278, de 8.5.98, a CVM regulamentou as aplicações em fundos mútuos de investimento em empresas emergentes - capital estrangeiro. Essa nova modalidade de negócio à disposição do investidor estrangeiro não possibilitou os ingressos esperados, num ano marcado por muita incerteza no mercado financeiro internacional e expectativas de queda na produção.

A Resolução do CMN nº 2.500, de 28.5.98, alterou a regulamentação relativa à captação de recursos no mercado externo para a concessão de empréstimos ou financiamentos a atividades rurais e agroindustriais (Resolução nº 63 rural), possibilitando a utilização dos recursos captados no financiamento do recolhimento de margem, no ajuste diário em operações de *hedge* de preço de produtos agropecuários e na aquisição de opções referenciadas em *commodities* agropecuárias. A ampliação do leque de aplicações

possíveis, além de representar o desejado aperfeiçoamento das operações, é mais um fator de estímulo à captação de recursos externos.

A Circular n° 2.832, de 24.8.98, permitiu o ingresso de recursos externos, a título de “adiantamento para futuro aumento de capital”, com os objetivos exclusivos de aquisição de participações no âmbito do PND, de concessão de serviços públicos ou destinação a projetos de interesse do governo brasileiro, a critério do Banco Central. Dessa forma, possibilitou-se a negociação da antecipação do ingresso de recursos externos, desvinculando-o de outros trâmites do processo de privatização.

Outra medida com o objetivo de estimular a captação e conter a saída de recursos estrangeiros repassados internamente foi introduzida pela Circular n° 2.833, de 24.8.98, que elevou de 50% para 100% a parcela do saldo remanescente de recursos captados na forma da Resolução n° 2.483 (Resolução n° 63 rural) passível de aplicação em NTN-D, NTN-I e NBC-E. Dessa forma, as instituições captadoras protegem-se do risco cambial pelo período em que os recursos não estão aplicados junto a tomadores finais, elevando-se o atrativo para essa modalidade de captação externa.

Com a Circular n° 2.848, de 11.11.98, permitiu-se, além da consolidação das normas aplicáveis a repasses interbancários de recursos captados nos termos das Resoluções n° 63, de 21.8.67, e n° 64, de 23.8.67, a realização de operações de repasses interbancários dos recursos captados por prazo mínimo de 90 dias, desde que a instituição tomadora interna repasse os recursos no mesmo dia para o tomador final, sendo admitidos prazos menores para compatibilização de vencimentos internos e externos. Possibilitou-se, assim, a redução do risco de não-colocação interna de recursos captados no exterior e, por conseqüência, do custo de oportunidade da captação externa.

Outra medida de controle de câmbio foi introduzida pela Resolução n° 2.524, de 30.7.98, que impôs condições para o ingresso ou saída do país de importância superior a R\$ 10 mil, ou seu equivalente em outras moedas. Essa medida visa coibir atividades ilícitas, ao exigir comprovação da origem dos recursos quando excederem o limite estipulado. A Circular n° 2.852, de 3.12.98, e a Carta Circular n° 2.826, de 4.12.98, também impõem condições para as operações cambiais com o objetivo de prevenção e combate às atividades relacionadas aos crimes previstos na Lei n° 9.613, de 3.3.98, ligadas à “lavagem de dinheiro” e a outras atividades ilícitas.

Por outro lado, com o objetivo de estimular as exportações, a Circular n° 2.836, de 8.9.98, introduziu simplificações nas operações de câmbio de exportações até US\$ 10 mil ou seu equivalente em outras moedas, desde que registradas no Siscomex. O ingresso de valores relativos a tais exportações e aquelas autorizadas pelo Secex sem registro no Siscomex, conduzidas nesse caso no mercado de taxas flutuantes, podem ser realizadas mediante cartão de crédito internacional.

No segmento de taxas flutuantes, o Banco Central atuou como doador de divisas, em 1998, sobretudo nos meses de maior demanda, com o objetivo de manter as taxas próximas às do segmento livre, não se registrando, contudo, nenhum leilão. De fato, movido principalmente pelas operações com instituições no exterior, as taxas nesse segmento levaram o ágio médio mensal a se manter entre 0,44% e 0,49% até maio, elevando-se para 0,63% em junho e julho, e reduzindo-se nos meses seguintes para o máximo de 0,43% em novembro e o mínimo de 0,11% em dezembro.

A taxa cambial no segmento flutuante (compra) passou de R\$ 1,1210 por dólar ao final de 1997 para R\$ 1,2094 em 31.12.98, com desvalorização de 7,9%. Considerada a taxa média (compra), a desvalorização em 1998 alcançou 7,6%.

O conjunto de medidas, adotadas após a crise russa, com o propósito de estimular a captação de recursos externos, ou adiar a sua repatriação, não impediu a redução das reservas internacionais nos últimos meses de 1998. Esse fato levou à deterioração das expectativas do mercado, sobre a manutenção da política cambial, culminando na reversão da posição líquida de câmbio dos bancos, de vendida para comprada, a partir de 12.1.99.

Por intermédio do Comunicado nº 6.560, de 13.1.99, decidiu-se alterar o funcionamento da banda de câmbio. Ampliaram-se os limites, uma vez que, como esperado, a taxa de câmbio estava atingindo o limite superior. Os limites inferior e superior de intervenção do Banco Central, que, desde 20 de janeiro de 1998, correspondiam, respectivamente, a R\$ 1,12 e R\$ 1,22 por dólar dos Estados Unidos, passaram a vigorar com os novos valores de R\$ 1,20 e R\$ 1,32. Houve, assim, elevação de 7,7% no ponto médio e aumento de 8,9% para 10% na amplitude. Abandonou-se o sistema de intrabanda, cujos limites eram fixados nos leilões de spread. A nova banda passaria a movimentar-se em diagonal, aproximadamente 3% ao ano, com limites a serem redefinidos ao final de cada três dias úteis consecutivos, de acordo com o comportamento observado nas taxas de mercado. A fórmula de reajuste dos limites garantia também que a mudança do teto seria acelerada sempre que a cotação se aproximasse do piso. Inversamente, a mudança do piso seria acelerada sempre que a cotação se aproximasse do teto.

A conjuntura externa - desfavorável ao financiamento do déficit em transações correntes e à rolagem do endividamento externo - respaldou expectativas de que a nova política cambial não seria eficaz em reverter a trajetória de perda de recursos internacionais. Como reflexo, a posição comprada dos bancos passou de US\$ 591 milhões, em 13.1.99, para US\$ 1,4 bilhão, em 14.1.99. Sem o mecanismo de intrabanda, o real, cotado em 12.1.99 a R\$ 1,211 por um dólar dos Estados Unidos, atingiu imediatamente o teto da banda cambial recém-elevado. Nessa data, a cotação atingiu o máximo de R\$ 1,3195 por um dólar dos Estados Unidos, não ultrapassando o limite superior em função dos leilões de venda de dólares nos segmentos comercial e flutuante.

Por intermédio do Comunicado nº 6.563, de 15.1.99, o Banco Central anunciou sua decisão de não intervir no mercado de câmbio. Diante da pressão exercida pelo mercado, a taxa de câmbio para o dólar ultrapassou o limite superior da banda nesse dia, oscilando entre a mínima de R\$ 1,3195 e a máxima de R\$ 1,5000, com desvalorização de 21% sobre a cotação anterior à introdução da nova faixa de variação cambial.

Em 18 de janeiro, o Comunicado nº 6.565 anunciou o abandono do regime de bandas de câmbio, formalizando a adoção do regime de flutuação. De acordo com esse regime, a taxa passaria a ser estabelecida pelo mercado interbancário. A autoridade monetária pode intervir - ocasionalmente e de forma limitada - na compra ou venda de divisas para conter movimentos excessivos.

Com a mudança, a taxa de câmbio perdeu para a política monetária a condição de principal âncora nominal da economia. Além disso, a combinação de flutuação cambial com maior mobilidade de capitais - esta ensejada pela abertura ocorrida nos últimos anos na conta de capitais - deve elevar a eficácia e a importância da política monetária.

Movimento de câmbio

O movimento de câmbio no segmento de taxas livres reduziu-se em 1998 com relação às operações comerciais, em função da redução das importações, iniciada após a crise de outubro de 1997, e das exportações, principalmente a partir de agosto de 1998, com o agravamento da crise russa. O saldo superavitário da balança comercial cambial, de US\$ 3,8 bilhões, comparado ao déficit de US\$ 2,7 bilhões em 1997, deveu-se à queda mais acentuada das importações (-25%), que somaram US\$ 43,9 bilhões em 1998 e US\$ 58,5 bilhões no ano anterior, do que das exportações (-14,6%), que passaram de US\$ 55,9 bilhões para US\$ 47,7 bilhões, no período em comparação.

Parte da redução das contratações relativas às importações deveu-se à obrigatoriedade de contratação de câmbio para liquidação futura nas importações com prazo de pagamento até 360 dias (Circular nº 2.747, de 25.3.97), que elevou o volume de contratação de câmbio, em 1997, sem correspondência com novas importações, situação que se regularizou ao longo do ano, reduzindo novamente o volume de contratação de câmbio. A reação paulatina da indústria nacional à abertura das importações, recuperando parte do mercado, explica outra parcela da retração em relação ao ano anterior. Cabe destacar, também, a influência da crise asiática e russa, diminuindo planos de investimentos produtivos e a própria utilização da capacidade instalada, bem como as importações de bens de capital e de matéria-prima. Contudo, levando-se em conta os efeitos da crise internacional sobre a renda dos parceiros comerciais e sobre os preços de várias *commodities* da pauta de exportação do país, o superávit alcançado deve ser creditado também

ao esforço empreendido pelo governo para elevar as exportações, que, em outras condições, teriam se reduzido ainda mais.

No segmento financeiro, verificou-se superávit de US\$ 13,5 bilhões, 33,6% inferior ao de 1997, redução ocasionada pela elevação de 30,9% das vendas, que atingiram US\$ 107,8 bilhões, uma vez que as compras se elevaram 18,1%, situando-se em US\$ 121,3 bilhões.

Os ingressos foram mais elevados nos primeiros meses do ano, sobretudo de fevereiro a abril e em julho, influenciados pela elevação da taxa de juros e redução do prazo mínimo de amortização dos empréstimos realizados após a crise de outubro de 1997, parcialmente revertidos a partir do segundo trimestre. Beneficiaram-se dessas medidas principalmente as operações de financiamento de importações e os empréstimos bancários para repasses (Resolução n° 63), inclusive ao setor agropecuário (Resolução n° 63 rural).

Os investimentos diretos, acrescidos dos recursos externos relativos à privatização e às concessões de serviços públicos, também foram fator de incremento nos ingressos líquidos de recursos ao longo de 1998, enquanto os investimentos no mercado de capitais (Anexos I a V da Resolução n° 1.289) e nos fundos de renda fixa - capital estrangeiro apresentaram ingressos líquidos elevados no período anterior ao agravamento da crise russa (agosto).

Quadro 5.1 - Movimento de câmbio - segmento de taxas livres

US\$ milhões

Período	Comercial			Financeiro			Saldo Global
	Exportações	Importações	Saldo	Compras	Vendas	Saldo	
1996	50 209	41 478	8 731	71 825	55 348	16 477	25 208
1997	55 902	58 582	-2 680	102 712	82 370	20 342	17 662
1998	47 746	43 950	3 796	121 322	107 813	13 509	17 305
Jan	4 232	3 895	337	7 771	5 544	2 227	2 564
Fev	4 284	3 228	1 056	10 037	4 813	5 224	6 280
Mar	4 446	3 983	463	17 943	6 456	11 487	11 950
Abr	4 296	3 474	822	13 919	6 258	7 661	8 483
Mai	4 169	3 381	788	7 882	6 961	921	1 709
Jun	4 712	3 758	954	8 662	8 358	304	1 258
Jul	4 788	3 495	1 293	14 506	9 105	5 400	6 693
Ago	3 546	3 572	- 26	7 633	16 597	-8 964	-8 989
Set	3 260	4 231	- 971	6 591	15 968	-9 377	-10 348
Out	3 187	4 069	- 883	11 901	10 047	1 853	971
Nov	3 504	3 420	85	6 508	6 868	- 360	- 275
Dez	3 321	3 444	- 123	7 969	10 837	-2 868	-2 991

A colocação de *notes* foi instrumento importante de captação ao longo do ano, enquanto a colocação de bônus trouxe ingresso líquido apenas no primeiro semestre, sendo afetada pelo fechamento do mercado financeiro internacional para os países emergentes a partir da crise russa.

Cabe destacar também o crescimento dos ingressos líquidos sob o Comunicado Firce nº 10, basicamente de empréstimos intercompanhia, que se convertem em instrumento de financiamento de filiais e subsidiárias em períodos de crise.

A saída de recursos externos, em 1998, foi agravada pelas remessas de juros, refletindo a ampliação do endividamento externo em 1997, e de lucros e dividendos, em função do temor de desvalorização mais acentuada do câmbio que dominou o mercado ao longo do ano.

A queda no saldo líquido do segmento financeiro e do comercial, a partir de agosto, conduziu o saldo global do mercado de taxas livres ao superávit de US\$ 17,3 bilhões no ano, 2% inferior ao registrado em 1997.

Reservas internacionais

As condições internas e externas do final de 1997 e início de 1998 estimularam a ocorrência de superávits cambiais e favoreceram o crescimento das reservas internacionais até abril de 1998, quando atingiram o recorde histórico de US\$ 74,7 bilhões no conceito de liquidez internacional.

A partir de maio, essa tendência foi revertida em consequência do acirramento da crise nos mercados asiáticos e da deterioração econômica da Rússia, que resultou no rebaixamento do risco soberano do Brasil nos rankings de avaliação de risco. Esse cenário reduziu o ingresso de recursos externos e reverteu o fluxo de capitais ao país, levando o Banco Central a suprir divisas ao mercado em grande volume, em conformidade com a política cambial vigente.



Não obstante a entrada de recursos relacionados à privatização do Sistema Telebrás, no início de agosto, as reservas internacionais declinaram US\$ 27,8 bilhões nos meses de agosto e outubro de 1998. Em dezembro, o ingresso de parte dos recursos previstos na primeira versão do programa de ajuda financeira ao Brasil refletiu-se na recuperação parcial do nível de reservas.

Com efeito, ao final de 1998, as reservas internacionais totalizaram US\$ 43,6 bilhões no conceito caixa e US\$ 44,6 bilhões no conceito liquidez internacional, representando decréscimos de 15,1% e 14,6%, respectivamente, sobre as posições de 1997.

As intervenções do Banco Central no mercado doméstico de câmbio foram deficitárias em US\$ 14,6 bilhões, em decorrência das vendas no segmento flutuante. Quanto às operações externas do Banco Central, registrou-se superávit de US\$ 6,8 bilhões, em virtude da liberação da primeira parcela de empréstimo referente ao programa de ajuda financeira ao país. Os pagamentos relativos a bônus somaram US\$ 5 bilhões e as despesas com o Clube de Paris alcançaram US\$ 2,1 bilhões.

Balanco de pagamentos

O balanço de pagamentos, em 1998, caracterizou-se pela forte reversão do movimento líquido de capitais no segundo semestre em relação ao primeiro. No primeiro semestre observaram-se expressivos ingressos de capitais de médio e longo prazos. Houve investimentos líquidos de US\$ 16,1 bilhões, e os empréstimos e financiamentos líquidos somaram US\$ 26,1 bilhões. As saídas líquidas de capitais de curto prazo, US\$ 9,3 bilhões, anularam parcialmente os efeitos destes ingressos; as reservas, dessa forma, aumentaram US\$ 18,7 bilhões. No segundo semestre, sob influência da crise de credibilidade nos mercados emergentes, o fluxo de capitais inverteu-se abruptamente. A saída líquida de capitais somou US\$ 16,5 bilhões, apesar da continuidade do fluxo de investimentos estrangeiros diretos. O déficit em transações correntes também aumentou significativamente, devido, em parte, à elevação nas remessas de rendas para o exterior; o balanço de pagamentos foi deficitário em US\$ 36,1 bilhões no período. O ingresso de US\$ 9,3 bilhões em empréstimos de regularização compensou parcialmente o efeito deste resultado sobre a diminuição de reservas (US\$ 26,7 bilhões).

No ano, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 34,1 bilhões, equivalentes a 4% do PIB. O déficit da balança comercial diminuiu 23,1% em função da queda nas importações, mas não compensou o aumento de 12,1% nas despesas de serviços e a redução de 19,7% nas transferências unilaterais líquidas do exterior.

O ingresso líquido de capitais, incluídos os empréstimos de regularização, somou US\$ 25,2 bilhões, US\$ 825 milhões a menos que no ano anterior. Os ingressos de

Quadro 5.2 - Balanço de pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	1997			1998*		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial - FOB	-3 737	-4 620	-8 357	-2 012	-4 418	-6 430
Exportações	24 788	28 202	52 990	25 968	25 152	51 120
Importações	28 525	32 822	61 347	27 980	29 570	57 550
Serviços (líquido)	-11 693	-14 591	-26 284	-12 654	-16 805	-29 459
Juros	-4 505	-5 884	-10 390	-5 214	-6 734	-11 948
Outros serviços ^{1/}	-7 188	-8 707	-15 895	-7 440	-10 071	-17 511
Transferências unilaterais	1 164	1 052	2 216	875	903	1 778
Transações correntes	-14 266	-18 159	-32 426	-13 791	-20 320	-34 111
Capital	14 908	11 164	26 072	32 397	-16 474	15 924
Investimento (líquido) ^{2/}	12 904	7 911	20 815	16 069	4 815	20 884
Financiamentos	6 002	12 407	18 409	11 809	6 337	18 146
Estrangeiros	6 109	14 136	20 245	11 876	11 534	23 410
Brasileiros	- 107	-1 729	-1 836	- 66	-5 198	-5 264
Amortizações	-11 410	-17 305	-28 714	-10 595	-22 992	-33 587
Pagas	-8 717	-17 305	-26 021	-10 595	-22 992	- 66
Refinanciadas	-2 693	0	-2 693	0	0	0
Empréstimos a médio e longo prazos	11 753	17 117	28 870	24 917	16 755	41 673
Bancos	600	1 834	2 434	4 293	1 460	5 752
Demais ^{3/}	11 153	15 283	26 436	20 625	15 296	35 921
Capitais a curto prazo	-5 111	-12 420	-17 531	-9 293	-19 800	-29 093
Outros capitais	770	3 454	4 224	- 511	-1 588	-2 099
Erros e omissões	-2 706	1 214	-1 492	180	742	921
Superávit (+) ou déficit (-)	-2 064	-5 781	-7 845	18 786	-36 052	-17 265
Financiamento	2 064	5 781	7 845	-18 786	36 052	17 265
Haveres (- = aumento)	2 147	5 760	7 907	-18 734	26 710	7 976
Obrigações - FMI	- 23	- 11	- 34	- 10	- 10	- 21
Obrigações de curto prazo	- 60	32	- 28	- 42	28	- 14
Atrasados	0	0	0	0	0	0
Outras	- 60	32	- 28	- 42	28	- 14
Operações de regularização	-	-	-	-	9 324	9 324

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Inclui reinvestimentos.

3/ Inclui bônus, *commercial paper*, *fixed/floating rate notes*, securitização e empréstimos intercompanhia.

Em 1997, inclui US\$ 2.244 milhões de troca de dívida (bônus).

investimentos líquidos somaram US\$ 20,9 bilhões, valor próximo ao do ano anterior (US\$ 20,8 bilhões), e os empréstimos e financiamentos de longo prazo líquidos totalizaram US\$ 26,2 bilhões, 41,3% superiores aos de 1997. Os capitais de curto prazo, por outro lado, registraram saídas líquidas de US\$ 29,1 bilhões, sobretudo no segundo semestre.

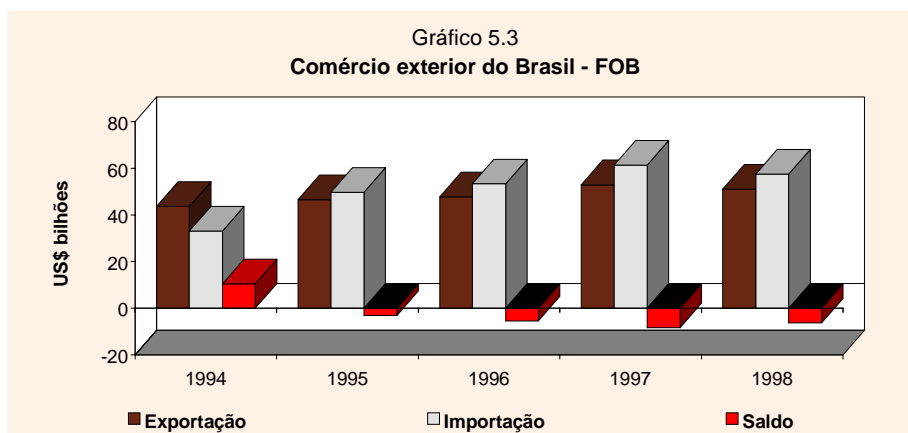
Balança comercial

Em 1998, a balança comercial foi influenciada pela crise econômica internacional. No último trimestre do ano registrou-se redução gradativa das vendas brasileiras, especialmente para a Aladi, Ásia e Europa Oriental, áreas mais afetadas pela crise financeira.

No início do ano, as exportações mantiveram a trajetória de expansão iniciada em meados do ano anterior, com aumento da participação de produtos de maior valor agregado, reafirmando as mudanças estruturais na atividade produtiva do país, ao consubstanciar investimentos em atualização tecnológica e modernização do parque industrial.

Assim, observaram-se taxas crescentes para as exportações e desaceleração do ritmo das importações, com declínio gradativo do déficit comercial em termos anualizados, após atingir seu ponto mais elevado em setembro de 1997.

O comércio exterior foi também particularmente afetado, no decorrer do ano, pela queda de preços das commodities no mercado internacional. As exportações de manufaturados compensaram, em parte, a queda das vendas de produtos básicos, mas perderam o dinamismo observado ao final de 1997, em razão da queda do crescimento da economia mundial e da maior concorrência dos países que se utilizaram do mecanismo de desvalorização mais acentuada em suas moedas.



No segundo semestre, a disponibilidade de linhas de crédito internacionais para financiamento de exportações foi reduzida, gerando efeitos negativos sobre os embarques, principalmente nos últimos meses do ano.

O desempenho mais fraco das importações ao final do ano, com movimento descendente desde setembro, foi consequência do desaquecimento da demanda interna, notadamente em bens de consumo duráveis. Houve queda também na importação de bens de capital, mas em menor escala, uma vez que setores como o de transportes e de telecomunicações, estimulados pelo processo de privatizações, efetuaram aquisições de equipamentos ao exterior.

O déficit acumulado em 1998 atingiu US\$ 6,4 bilhões, melhora de 23,1%, comparativamente ao de 1997, resultado de exportações de US\$ 51,1 bilhões (-3,5%) e importações de US\$ 57,6 bilhões (-6,2%).

A diminuição do déficit brasileiro está relacionada aos resultados mais favoráveis no intercâmbio com a Aladi, Estados Unidos, África e Oriente Médio. O superávit com a Aladi passou de US\$ 287 milhões em 1997 para US\$ 966 milhões em 1998, com maiores contribuições do México e da Venezuela. Foram reduzidos os déficits com os EUA, inclusive Porto Rico, de US\$ 4,9 bilhões em 1997 para US\$ 3,7 bilhões em 1998; África, de US\$ 549 milhões para US\$ 195 milhões; e Oriente Médio, de US\$ 508 milhões para superávit de US\$ 363 milhões, especialmente com relação ao Irã, que passou de déficit de US\$ 80 milhões em 1997 para superávit de US\$ 349 milhões em 1998.

Por outro lado, houve aumento de 53,9% no déficit com a Ásia, devido especialmente ao crescimento do saldo negativo com o Japão, de US\$ 527 milhões para US\$ 1,1 bilhão. Com a UE, o déficit aumentou 13,4%, situando-se em US\$ 2,1 bilhões, enquanto o superávit com a Europa Oriental caiu de US\$ 404 milhões para US\$ 370 milhões.

Quadro 5.3 - Exportações brasileiras - FOB

US\$ milhões

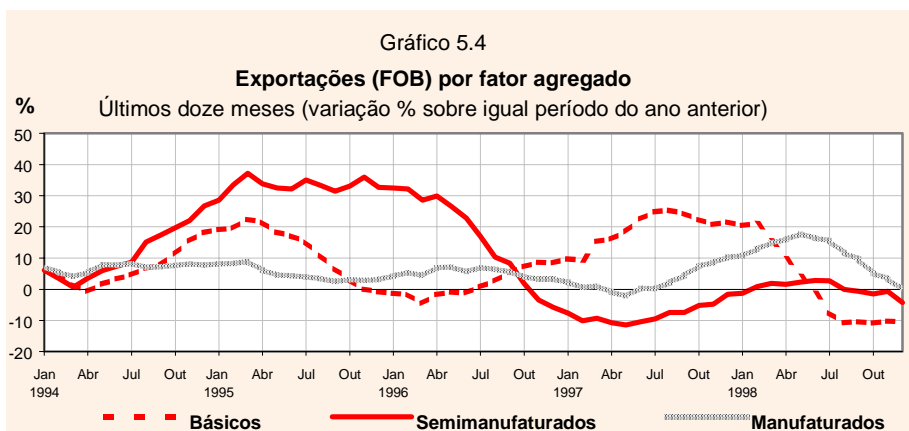
Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998
Total	43 545	46 506	47 747	52 990	51 120
Produtos primários	11 058	10 969	11 900	14 474	12 970
Produtos industrializados	31 852	34 711	35 026	37 672	37 493
Semimanufaturados	6 893	9 146	8 613	8 478	8 111
Manufaturados	24 959	25 565	26 413	29 194	29 382
Transações especiais	635	826	821	844	657

A análise do desempenho do comércio exterior brasileiro, em 1998, revela comportamento diverso em cada semestre. Na primeira metade do ano, observou-se tendência de melhoria nos saldos comerciais relativamente ao ano anterior. O déficit acumulado em doze meses apresentou decréscimos sucessivos no decorrer do semestre, revestindo-se de maior importância pelo fato de resultar de exportações de produtos industrializados de maior valor agregado, cujo aumento significativo em volume compensou, em parte, a queda no valor exportado de produtos básicos, em função, basicamente, de menores cotações.

No primeiro semestre, observou-se crescimento de 4,8% nas exportações, comparativamente a igual período de 1997, resultado que contou, sobretudo, com o impulso dado pelos produtos manufaturados. O destaque foi o item material de transporte, que cresceu 12,8% em termos de volume embarcado, de acordo com o índice de *quantum* da Funcex. A receita de manufaturados expandiu-se 14,3% no período, contrapondo-se ao decréscimo de 10,9% das vendas de produtos básicos, cujos índices de preços e *quantum* mostraram quedas de 7,7% e 1,1%, respectivamente. Há que se ressaltar o decréscimo de preços das principais *commodities* agrícolas, café e soja.

É importante destacar, também, o direcionamento dos investimentos das indústrias automobilística e aeronáutica para a modernização do setor, e a conseqüente ampliação de vendas tanto em mercados tradicionais como para outros menos explorados. Nos manufaturados, observou-se a elevação gradativa da participação de bens de informática, instrumentos e aparelhos de medida e verificação, aparelhos de fotocópia e termocópia, aparelhos portáteis para telefonia celular e televisores em cores.

Ainda com relação ao primeiro semestre, verificou-se crescimento das exportações de açúcar, minérios metalúrgicos, químicos, suco de laranja, produtos metalúrgicos, papel e celulose, máquinas e equipamentos mecânicos, material elétrico e eletroeletrônico e fumo e cigarros. Importante observar que, dentre esses setores, apenas suco de laranja e minérios metalúrgicos voltaram a apresentar crescimento no segundo semestre. Permaneceram em declínio, em 1998, comparativamente a ambos os semestres do ano



anterior, as exportações de soja, café, calçados e couros, têxteis, derivados de petróleo, madeiras e manufaturas. Somente a comercialização de carnes voltou a registrar crescimento no segundo semestre, após queda no primeiro, em função das maiores aquisições de carne bovina pelos países europeus.

Com relação às vendas externas de produtos químicos inorgânicos, destacou-se o produto alumina, com vendas duplicadas no início do ano, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse produto, que tem como insumo básico o minério de alumínio, proporcionou crescimento das receitas de exportação, após a instalação de planta industrial no Pará em 1997. É importante acrescentar que a substituição das exportações do minério, de preço bastante inferior, pelo produto alumina, de maior valor agregado e com preço externo mais elevado, representa considerável salto qualitativo na pauta de exportações.

Com respeito aos produtos metalúrgicos, em função da crise asiática, houve redirecionamento das vendas para a Aladi, UE e EUA. Destacaram-se as vendas de tubos de ferro e aço à Bolívia, para a implantação do gasoduto entre o Brasil e aquele país.

No que diz respeito às importações, a queda de 2% no primeiro semestre concentrou-se em bens de consumo duráveis e em combustíveis e lubrificantes. Já as importações de matérias-primas e produtos intermediários apresentaram crescimento modesto, comportamento também verificado em bens de capital.

As importações de automóveis de passageiros mostraram taxa de crescimento elevada no princípio do ano, devido à maior participação dos produtos importados no mercado interno até abril, observando-se tendência declinante nos meses subseqüentes.

O crescimento de 2,1% verificado em bens de capital no primeiro semestre, embora inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, reflete, ainda, o aperfeiçoamento do sistema tributário nacional, que favoreceu a competitividade da produção nacional de máquinas e equipamentos, surtindo efeito tanto do lado da produção quanto da importação.

Isoladamente, dois produtos primários apresentaram comportamento de destaque na pauta de importações. Por um lado, o algodão contou com o crescimento da área de plantio no centro-sul do país e registrou queda no volume importado. Por outro lado, o arroz, que passou por quebra de safra, pressionou a pauta, dada a necessidade de evitar o desabastecimento interno.

No decorrer do segundo semestre, os resultados comerciais do Brasil melhoraram, especialmente com a Aladi, cujo saldo passou de déficit a superávit. Esse comportamento também se verificou em termos anualizados, o que se explica pela redução da taxa de

crescimento das importações a partir do segundo semestre de 1997. A queda em volume foi mais expressiva e generalizada entre os setores.

Nessa segunda metade do ano, as exportações registraram declínio de 10,8%, sendo 9,8% em básicos, 12,5% em semimanufaturados e 10,2% em manufaturados, o que foi motivado, em grande parte, pela retração da demanda internacional.

Constatou-se maior importação de bens de capital beneficiados, realizadas por meio do regime de “ex-tarifários”. A revisão feita pelo governo na sistemática de importações desses produtos levou as empresas a apressarem a sua internalização, tentando impedir a perda do benefício tarifário.

Em termos anuais, os índices da Funcex mostraram que a redução na receita de exportações resultou da queda de 6,8% nos preços, uma vez que, em termos de *quantum*, houve expansão de 3,5%. Observou-se retração de 16,1% relativa aos preços dos produtos básicos, 7,7% dos semimanufaturados e 1,3% dos manufaturados, enquanto os índices de *quantum* apontaram crescimentos de 6,7% nos básicos, 3,6% nos semimanufaturados e 1,4% nos manufaturados.

Os produtos básicos foram os principais responsáveis pela queda de receita verificada em 1998, ao somarem US\$ 13 bilhões, valor 10,4% inferior ao computado no ano anterior. As vendas de produtos básicos destinaram-se especialmente à UE e Ásia. A redução significativa nos preços internacionais das principais *commodities*, como soja em grãos (20,2%), farelo de soja (37,4%) e café em grãos (25,9%), influenciou a queda nas receitas, apesar do crescimento do volume embarcado.

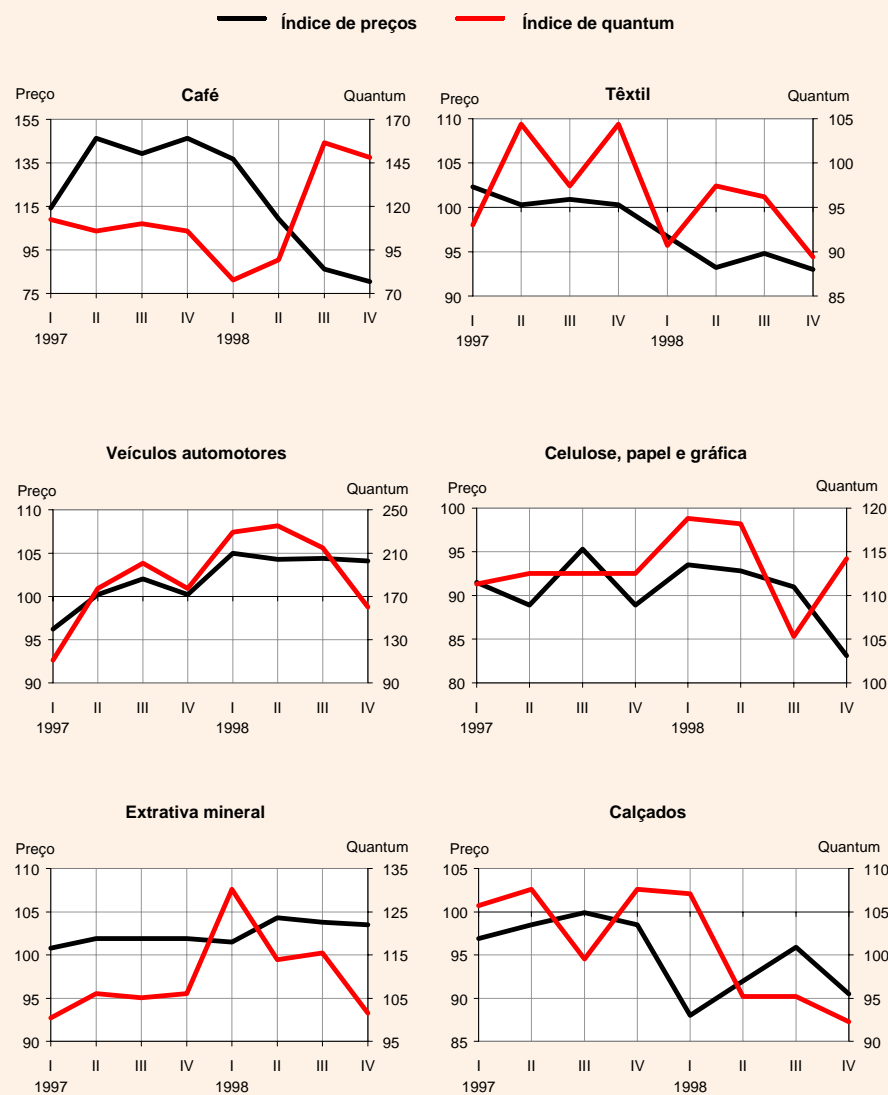
As exportações do complexo soja atingiram US\$ 4,8 bilhões, regredindo 17% em relação a 1997. O volume exportado de grãos pelo Brasil expandiu-se 11,2%, mas houve queda nas cotações, o que levou ao declínio de 11,3% na receita, em ano de aumento da oferta global, devido às safras recordes colhidas nos EUA, Brasil e Argentina, principais produtores. Além disso, houve atraso na colheita e comercialização, em decorrência de fatores climáticos adversos ocorridos no início do ano. É importante observar que, com relação à soja em grãos, o ano de 1998 diferiu bastante do ano anterior, uma vez que o período de comercialização da safra nacional se estendeu até dezembro, tendo os embarques se concentrado no segundo semestre, diferentemente de outros anos. A ampliação do período de comercialização da safra nacional ocorreu em razão do adiamento dos fechamentos de contratos pelos produtores nacionais, devido ao movimento oscilatório das cotações internacionais do produto.

O farelo de soja também mostrou queda significativa na receita (34,7%), apesar do crescimento de 4,3% no volume, em função do recuo de 37,4% nos preços praticados. A retração da demanda mundial foi consequência, entre outros fatores, do menor consumo de ração animal nos países da Ásia.

Gráfico 5.5

Índice trimestral de preço e quantum das exportações brasileiras

Base: média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

Quanto ao café em grãos, o aumento de 14,6% no volume embarcado não foi suficiente para compensar a queda de preços (25,9%), provocando diminuição de 15,1% na receita com o produto. Observe-se que a safra recorde colhida pelo Brasil foi um dos fatores de redução dos preços internacionais do café.

Houve retração, também, nas receitas provenientes das vendas de carne de frango (15,6%), decorrente dos menores preços praticados (10,6%) e do menor volume embar-

cado. A perda de receita (5,7%) deu-se com relação à Arábia Saudita e ao Japão, sendo a comercialização influenciada pela desvalorização das moedas asiáticas e pela diminuição da competitividade do produto brasileiro, que enfrentou a concorrência dos países asiáticos e da França em tradicionais mercados do Oriente Médio e da Ásia. O setor buscou alternativas de colocação de seus produtos, dirigindo suas vendas para a Argentina, Espanha, Egito e Irã. Para compensar a perda de receitas, o setor optou não só pela diversificação de mercados, como também pela oferta de novos produtos derivados, de menor tradição exportadora.

As receitas com fumo em folha reduziram-se 13,8%, tanto pela queda dos preços (8,6%) quanto do volume. A safra de fumo foi uma das menores dos últimos cinco anos. Seus preços foram influenciados por problemas climáticos que comprometeram a qualidade do produto, em um momento em que as produções da África e da Ásia apresentavam ganhos de competitividade.

Entre os principais produtos básicos, apresentaram crescimento de receita apenas os minérios de ferro (14,2%) e a carne bovina (40,9%), ambos direcionados, em sua maior parte, à UE. O volume embarcado de minérios de ferro cresceu 12%, destinando-se à Alemanha, Itália, Bélgica-Luxemburgo, Espanha, França, China, Estados Unidos e Argentina. As exportações de carne bovina expandiram-se, principalmente com relação aos países europeus, cuja demanda cresceu em função da menor oferta argentina no mercado internacional. Apesar dos preços inferiores aos do ano passado, houve crescimento de 54,2% e 29,3%, respectivamente, no volume embarcado de carne bovina *in natura* e carne suína.

Quanto aos produtos semimanufaturados, a queda de preços sobrepôs-se ao aumento do volume embarcado, resultando em retração de 4,3% na receita do setor, especialmente com relação ao alumínio em bruto (20%), que se ressentiu bastante da queda na demanda japonesa, e produtos de ferro e aço (10,4%). As vendas de semimanufaturados químicos e metalúrgicos cresceram no primeiro semestre, porém contraíram-se no segundo. Os semimanufaturados destinaram-se, em sua maior parte, à UE (28%), aos EUA (24,2%) e à Ásia (20,4%).

A comercialização de óleo de soja em bruto expandiu-se 35,4%, em termos de receita, devido não só à elevação dos preços médios (14,9%), sob influência indireta da queda na oferta mundial de óleos similares (palma, colza e girassol), como também ao aumento do volume exportado (17,9%), comportamento verificado especialmente no primeiro semestre.

As exportações de celulose expandiram-se 2,4%, em decorrência do crescimento em volume (12%), já que os preços regrediram 8,5%, devido à grande concorrência mundial no período, em função tanto dos financiamentos quanto do processo de desvalorização cambial verificado na Ásia, reduto dos maiores concorrentes em termos de

produção e de comercialização externa, o que demonstra o elevado grau de competitividade do produto nacional. A expansão do volume se deu em função do aumento da capacidade produtiva brasileira e de preços mais favoráveis. Após a crise asiática, o país enfrentou a concorrência do produto da Indonésia, a qual, entretanto, ficou aquém do esperado, devido à tradição brasileira em relação ao mercado consumidor do produto.

As exportações de produtos manufaturados mantiveram-se estáveis, comparativamente ao ano anterior (+0,6). No início do ano, as vendas de manufaturados haviam sido recordes, com aumento da participação na pauta. Cabe ressaltar a participação de produtos de maior valor agregado, especialmente dos setores automotivo, aeronáutico, aparelhos eletroeletrônicos e de telecomunicações, com destaque para aparelhos de telefonia celular. Apresentaram crescimento as receitas obtidas com aviões (70,2%), suco de laranja (25,8%), automóveis (10,7%), veículos de carga (13,6%) e açúcar refinado (16,5%), as quais compensaram, em parte, as reduções ocorridas nas vendas de calçados (13%), café solúvel (29,5%), papel e cartão (21,1%), tubos de ferro e aço (14,4%), máquinas para terraplanagem (9,8%), madeiras compensadas (24,6%) e barras, perfis e tiras de alumínio (35,9%).

Apesar da crise internacional, o desempenho das vendas de manufaturados para os EUA e UE foi superior ao registrado no ano anterior, embora em menor escala no segundo semestre. Observou-se acentuado declínio nas exportações do grupamento dirigidas à Ásia, Europa Oriental e redução menor para a América Latina, inclusive Mercosul. A Aladi, apesar do declínio, manteve-se como a maior região compradora de produtos manufaturados brasileiros, seguida dos EUA e da UE.

O setor mais afetado pela crise, levando-se em consideração o desempenho no primeiro semestre em relação ao segundo, foi o automobilístico; observou-se, também, importante redução nas vendas de máquinas e equipamentos, químicos, papel e siderúrgicos.

As vendas de material de transporte, que haviam registrado expansão de 45,2% no primeiro semestre, declinaram 10,1% no segundo, comparativamente a 1997. O resultado anual alcançou US\$ 8,1 bilhões (16% do total exportado pelo país), tornando-o o principal setor exportador em 1998. Foi obtida receita de US\$ 1,2 bilhão com as vendas de aeronaves, destinadas em grande parte aos EUA (72% do total) e a países europeus, um crescimento superior a 70% em relação ao ano anterior. No setor automotivo, também de grande importância, registraram-se vendas de automóveis no valor de US\$ 1,6 bilhão (+10,6%), veículos de carga (US\$ 1 bilhão; +13,7%), ônibus (US\$ 193 milhões; +47,3%), autopeças (US\$ 1,4 bilhão; +2,1%) e motores (US\$ 1,1 bilhão; +0,3%). Como os principais destinos eram países emergentes, as vendas declinaram bastante no segundo semestre, principalmente com relação aos países da Aladi, que representam 53% do mercado para as exportações brasileiras do setor automotivo.

A receita com a comercialização de suco de laranja revelou expansão de 25,8%, relativamente ao ano anterior, comportamento decorrente das melhores cotações externas obtidas pelo produto, devido à quebra da safra dos dois principais produtores mundiais, Brasil e EUA. Dessa forma, o preço do suco aumentou 44,3%, para um volume embarcado 4,1% superior ao de 1997, destinado, em sua maioria, à Europa (73%) e aos Estados Unidos (16%).

As exportações de açúcar somaram US\$ 1,9 bilhão (expansão de 9,6%), em função das maiores quantidades embarcadas, devido não só à safra mais favorável da cana-de-açúcar, como também à maior produção açucareira. Houve, também, retração da produção de álcool, em função dos menores preços obtidos pelo produto no decorrer do ano. Observe-se que a comercialização do açúcar em bruto (US\$ 1,1 bilhão; +4,8%) mostrou aumento de 24,6% em volume, apesar da queda de 15,9% nos preços, destinando-se principalmente à Rússia (33,6%), EUA (10,4%), Emirados Árabes (8,3%) e Indonésia (6,5%). A receita com as vendas de açúcar refinado atingiu US\$ 846 milhões, (expansão de 16,5%), em função de aumento de 41,4% no volume embarcado, e da redução de 17,6% nos preços. Os maiores compradores foram Nigéria (24,5%), Jordânia (14,5%), Egito (10,9%), Gana (6,9%) e Indonésia (5,6%).

A receita com exportações de máquinas e equipamentos mecânicos somou US\$ 3,2 bilhões, regredindo 5,8% em relação a 1997, devido à queda observada no segundo semestre (15,3%), uma vez que, até junho, as vendas do setor apresentavam expansão de 5,5%. Os setores mais atingidos pela crise, nesse grupamento, foram máquinas para terraplanagem, rolamentos e engrenagens, máquinas para processamento de dados e bombas e compressores.

Com referência aos materiais e instrumentos elétricos e eletrônicos, registre-se que o setor apresentou queda de 4%, especialmente no segundo semestre, quando a diminuição de compras por parte dos países da Aladi chegou a 18,2%, contrapondo-se ao crescimento de 5,5% até junho. Destacaram-se as vendas de aparelhos transmissores e receptores, cujo crescimento de 27,4%, de janeiro a junho, não se repetiu no segundo semestre, quando as exportações regrediram 13%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

A exportação de calçados diminuiu 13%, situando-se em US\$ 1,4 bilhão, resultado de queda tanto no volume embarcado (7%) como nos preços praticados (6,5%), notadamente com relação às vendas para os EUA, principal comprador, que caíram 12,6% no período. Em 1998, o setor calçadista nacional enfrentou a concorrência da China, principalmente no mercado americano, que absorve tradicionalmente cerca de 2/3 das exportações brasileiras do produto, competindo também com o produto originário da Itália, Espanha e Portugal. Para melhorar a competitividade, o setor buscou alternativas, implantando projetos industriais na região nordeste, principalmente no Ceará, com vendas dirigidas preponderantemente aos EUA. O setor calçadista procu-

rou diversificar também seus mercados, havendo realizado vendas no período para compradores menos tradicionais, dentre os quais Argentina, Dinamarca e Chile.

Registrou-se declínio de 23,6% na receita de exportações de óleos combustíveis de petróleo para consumo de bordo, acumulando, no ano, vendas de US\$ 512 milhões, em função de preços 25,3% inferiores, devido às menores cotações do petróleo no mercado internacional. A ampliação nas receitas com vendas de gasolina ao exterior (57%), apesar dos menores preços (37,5%), pode ser explicada pelo aumento de 151% na quantidade embarcada, notadamente para os EUA, cujas compras significaram 91,2% do total comercializado externamente pelo país.

Em termos de mercados compradores, observaram-se variações positivas com relação à União Européia (1,6%), EUA (5%), Oriente Médio (10,7%) e África (8,6%). A queda nas vendas destinadas à Ásia (27,4%) mais que compensou tais crescimentos, constituindo-se no principal fator responsável pela retração de 3,5% no total exportado em 1998, aliada aos decréscimos ocorridos em relação à Aladi (2%) e à Europa Oriental (11,4%).

A União Européia manteve sua condição de maior compradora de produtos brasileiros, tendo adquirido US\$ 14,7 bilhões. As maiores aquisições por parte dos países da UE referiram-se a produtos industrializados, com crescimento de 18,2%, destacando-se automóveis, suco de laranja, siderúrgicos, alumínio em bruto e aviões. As exportações de produtos básicos, para os quais o mercado europeu é tradicionalmente o mais importante, declinaram 12,8%. As vendas destinaram-se principalmente à Alemanha (20,4% do total), Países Baixos (18,6%), Bélgica-Luxemburgo (14,9%) e Itália (13,1%).

Os Estados Unidos mantiveram a posição de maior parceiro individual do Brasil, com aquisições equivalentes a US\$ 9,7 bilhões. O acréscimo mais significativo foi observado nas exportações de aviões (171%), que passaram de US\$ 307 milhões em 1997 para US\$ 833 milhões em 1998, o que representa 71,9% do total do grupamento. Em 1998, destacaram-se os seguintes produtos, em termos de participação percentual no total exportado: calçados (66,2%), motores de pistão (36,6%), semimanufaturados de ferro e aço (31,5%), aparelhos transmissores e receptores (57%), ferro *spiegel* (74%), celulose (27,6%), laminados planos (26,7%), bombas e compressores (36%) e pneumáticos (31,8%).

Para o Oriente Médio, as exportações brasileiras atingiram US\$ 1,6 bilhão, (expansão de 10,7%). Elevaram-se as vendas do grupo soja, café, carnes e siderúrgicos. O Irã adquiriu do Brasil US\$ 490 milhões em mercadorias, o dobro do ano anterior, especialmente óleo de soja (US\$ 379 milhões; +320%). As vendas para a Jordânia totalizaram US\$ 145 milhões, aumentando 88,3%, notadamente açúcar refinado (US\$ 123 milhões; +123%).

As exportações para a África atingiram US\$ 1,7 bilhão, evoluindo 8,6% no período, com destaque para açúcar refinado, óleo de soja, fumo em folhas, minério de ferro,

Quadro 5.4 - Intercâmbio comercial do Brasil - FOB

US\$ milhões

Discriminação	1997			1998		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	52 990	61 347	-8 357	51 120	57 550	-6 430
Aelc	378	1 150	- 772	360	1 159	- 799
Aladi ^{1/}	12 828	12 277	551	12 618	11 567	1 051
Mercosul	9 044	9 631	- 587	8 877	9 425	- 548
Argentina	6 767	8 120	-1 353	6 747	8 028	-1 281
Paraguai	1 406	531	875	1 249	349	900
Uruguai	870	980	- 110	881	1 048	- 167
Chile	1 196	995	201	1 023	809	214
México	828	1 186	- 358	1 002	974	28
Outros	1 760	466	1 294	1 716	359	1 357
Canadá	584	1 453	- 869	544	1 330	- 786
União Européia	14 513	16 335	-1 822	14 744	16 826	-2 082
Alemanha	2 608	5 131	-2 523	3 006	5 239	-2 233
Bélgica/Luxemburgo	1 483	695	788	2 194	668	1 526
Espanha	1 057	1 154	- 97	1 056	1 195	- 139
França	1 113	1 662	- 549	1 230	1 987	- 757
Itália	1 709	3 470	-1 761	1 931	3 196	-1 265
Países Baixos	3 998	589	3 409	2 744	711	2 033
Reino Unido	1 259	1 488	- 229	1 339	1 498	- 159
Outros	1 286	2 146	- 860	1 244	2 332	-1 088
Europa Central e do Leste ^{2/}	1 314	907	407	1 163	793	370
Ásia ^{3/}	7 382	8 927	-1 545	5 366	7 631	-2 265
Japão	3 068	3 599	- 531	2 202	3 253	-1 051
China, República da	1 088	1 188	- 100	905	1 023	- 118
Coréia	737	1 368	- 631	467	992	- 525
Outros	2 489	2 772	- 283	1 792	2 364	- 572
EUA ^{4/}	9 407	14 343	-4 936	9 865	13 558	-3 693
Opep	2 651	4 119	-1 468	2 749	3 224	- 475
Outros	3 934	1 837	2 096	3 711	1 460	2 251

1/ Venezuela incluída na Opep.

2/ Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e países da ex-União Soviética.

3/ Exclui Oriente Médio e Indonésia incluída na Opep.

4/ Inclui Porto Rico.

aviões e veículos de carga. As vendas de açúcar destinaram-se em grande parte à Nigéria, que absorveu 24,5% das exportações totais do produto, e ao Egito (10,9%), para o qual também se destacaram as exportações de fumo em folhas e óleo de soja.

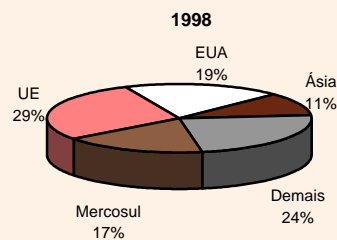
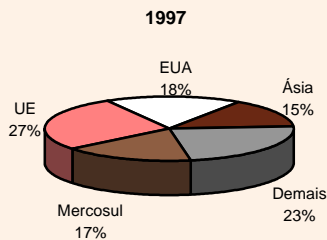
Para a Aladi, segundo maior comprador de produtos brasileiros, o montante de vendas atingiu US\$ 13,3 bilhões, decrescendo 2%. As aquisições por parte do Mercosul, das quais 76% efetuadas pela Argentina, caíram 1,8%, totalizando US\$ 8,9 bilhões. Houve decréscimo em relação ao Chile (-14,5%), Venezuela (-8,1%) e Bolívia (-6,2%). As vendas do setor automobilístico foram as principais responsáveis pelo declínio, tanto para o Mercosul como para os demais países da Aladi.

A queda de 11,4% nas exportações para a Europa Oriental, ocorrida essencialmente no segundo semestre, deu-se principalmente com relação à Rússia (-15%) e Polônia (-28,9%). Para a Rússia, verificaram-se menores receitas nas vendas de café solúvel, açúcar refinado e carne de frango, não compensadas pelo acréscimo de 34,5% verificado em açúcar em bruto, comparativamente a 1997.

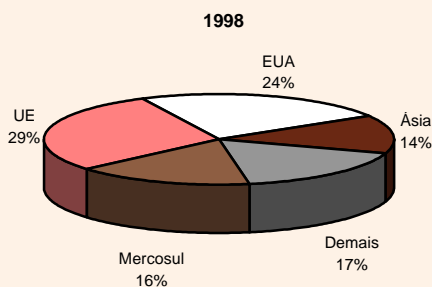
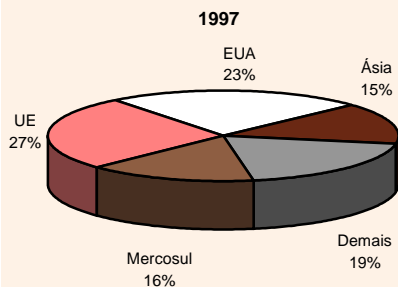
O declínio de 27,4% das exportações brasileiras para o bloco asiático deveu-se, essencialmente, às quedas nas vendas de alumínio em bruto, soja, siderúrgicos,

Gráfico 5.6
Intercâmbio comercial do Brasil - FOB

Exportações



Importações



celulose, carne de frango e couros e peles. O Japão diminuiu suas compras ao Brasil em 28,2%, notadamente alumínio em bruto, minério de ferro, café em grãos, celulose, carne de frango, ferro-ligas, fumo em folhas e soja, cabendo ressaltar que, dentre os principais produtos, apenas o suco de laranja apresentou crescimento (7,7%).

No decorrer de 1998, as importações apresentaram tendência decrescente progressiva, acumulando queda de 6,2%, com redução em todas as categorias de uso, especialmente combustíveis e lubrificantes, cuja diminuição de 29,1% pode ser explicada pela retração dos preços internacionais. Com isso, a participação relativa do produto na pauta regrediu de 9,5%, em 1997, para 7,2%, em 1998. Os gastos com petróleo bruto foram 37,1% inferiores, em função da queda de 34,4% no preço médio e de 5,6% no volume adquirido.

O dispêndio com importações de bens de consumo foi 5,1% inferior ao verificado em 1997, com retração de 21,1% no segmento de bens duráveis (exclusive automóveis) e de 1,6% nos não-duráveis. No mesmo período, houve expansão no segmento de bens duráveis, creditada ao aumento de 7,8% nas aquisições de automóveis de passageiros, elevando, inclusive, a participação dos importados no mercado interno de automóveis.

Quanto às importações de insumos e de bens de capital, observou-se que, no decorrer do segundo semestre, ambos os grupamentos passaram a apresentar taxas negativas de crescimento, acumulando, no período janeiro-dezembro, decréscimos de, respectivamente, 3,3% e 3,7%. Com referência aos insumos e matérias-primas, o menor dispêndio é decorrente da menor produção física da indústria brasileira. Foi fator de redução da demanda por bens de capital, nos quatro últimos

Quadro 5.5 - Importações brasileiras - FOB

US\$ milhões

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998
Total	33 079	49 972	53 301	61 347	57 550
Bens de consumo	5 540	10 927	9 721	11 233	10 657
Duráveis	3 130	6 095	4 569	5 692	5 203
Não-duráveis	2 410	4 832	5 152	5 541	5 454
Matérias-primas	15 607	22 382	24 646	27 614	26 709
Combustíveis e lubrificantes	4 356	5 217	6 228	5 824	4 127
Bens de capital	7 576	11 446	12 706	16 676	16 057

meses do ano, a incerteza do mercado diante da evolução das crises asiática e da Rússia.

A desagregação das importações por grupos de produtos mostra recuo bastante significativo em combustíveis e óleos minerais (US\$ 1,9 bilhão; -26,7%), principal fator para a diminuição do valor global importado em 1998.

As aquisições de máquinas, aparelhos e material elétrico, eletroeletrônico e de comunicação atingiram US\$ 7,9 bilhões, queda de 7,6% relativamente a 1997. Dentre os mais atingidos, figuram os insumos destinados à indústria de eletroeletrônicos, um reflexo da retração do mercado de crédito, aliada à saturação da demanda.

Relativamente a máquinas e aparelhos mecânicos, constatou-se redução de 5,7%, concentrada no final do ano, destacando-se os itens máquinas de impressão e equipamentos mecânicos diversos. Verificou-se alta em propulsores de aviões, favorecida pelo bom desempenho das exportações da indústria aeronáutica, assim como em motores de pistão e de ignição por compressão.

O grupamento que abrange algodão, seus fios e tecidos apresentou queda de 37,4%, principalmente em função do menor volume importado, refletindo a ampliação da área plantada e da produção nacional, em resposta aos incentivos fiscais e creditícios adotados pelo governo.

Com relação a aeronaves e suas partes, o resultado acumulado no ano somou US\$ 969 milhões, praticamente o mesmo registrado em 1997 (US\$ 968 milhões), tendo-se destacado as aquisições de aeronaves de grande porte.

Observou-se redução nas importações de bebidas e álcool, calçados, brinquedos e confecções, sendo que, para os três últimos, o governo vem estimulando a produção interna com o aprimoramento dos níveis de competitividade, ao mesmo tempo em que tenta impedir as práticas desleais de comércio.

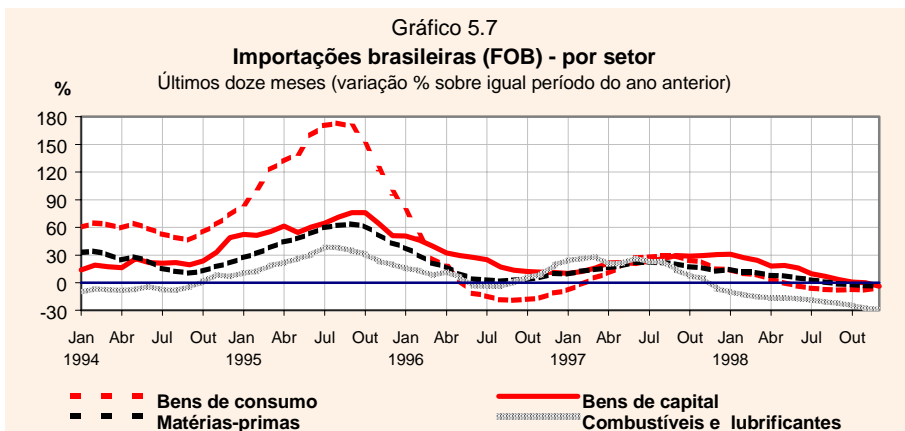
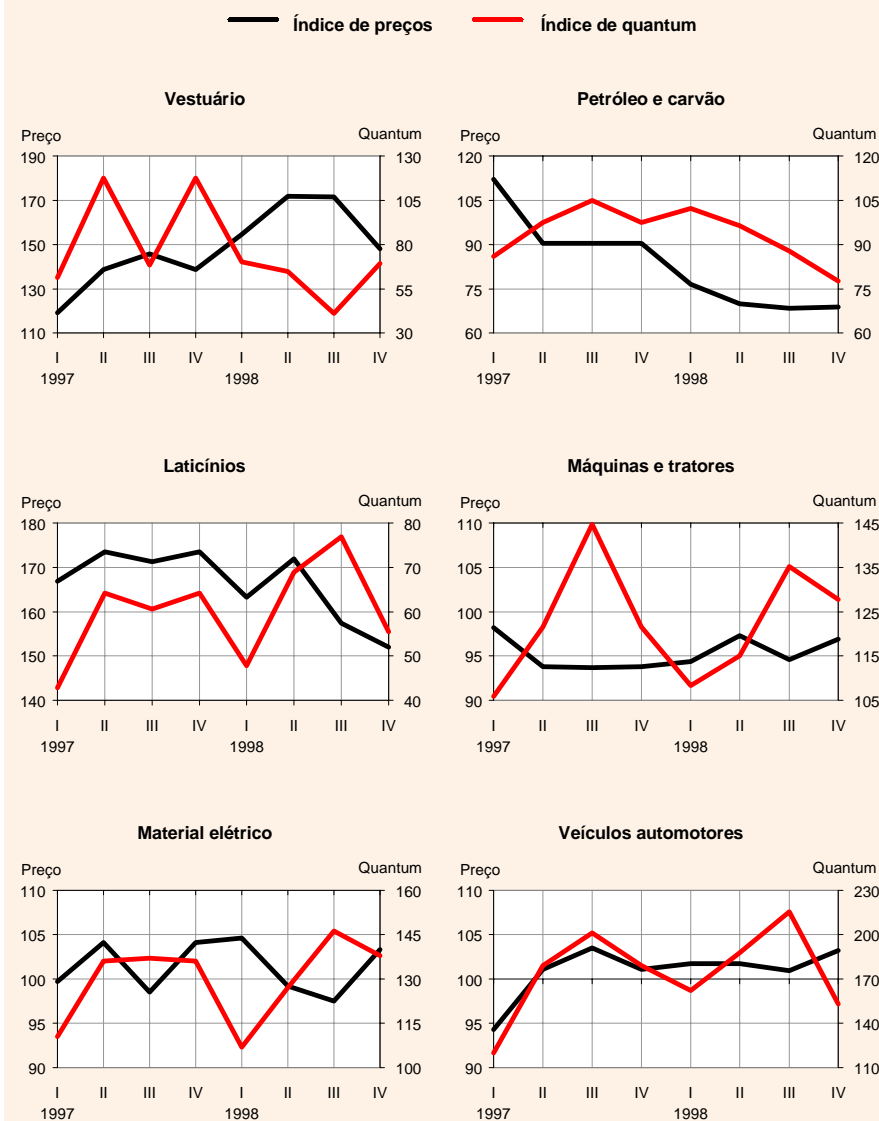


Gráfico 5.8
Índice trimestral de preço e quantum das importações brasileiras
 Base: média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

Outros itens relevantes na pauta de importações denotaram crescimento no decorrer do ano. Merecem destaque veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes, com expansão de 4,2%, em especial, veículos de carga provenientes da Argentina, destinados à renovação da frota, automóveis de passageiros e veículos para transporte de dez ou mais pessoas.

Também mostraram expansão as compras externas de cereais e produtos da indústria de moagem (22,9%). Em especial, as aquisições de arroz foram importantes para controlar o abastecimento, em decorrência de quebra da safra doméstica. Igualmente cresceram as aquisições de milho (+148%), perfazendo o total de US\$ 203 milhões, contrariamente às de trigo, que apresentaram decréscimo de 6%, situando-se em US\$ 828 milhões.

As importações de produtos farmacêuticos somaram US\$ 1,2 bilhão, crescendo 16,9%, principalmente medicamentos (US\$ 827 milhões; +20,2%).

As compras de produtos siderúrgicos elevaram-se 8,6%, destacando-se as manufaturas de ferro fundido e de ferro e aço para construção civil, a despeito da desaceleração verificada no setor, no último trimestre.

Quanto à origem das importações brasileiras, em 1998, a UE teve a participação mais significativa, sendo o único bloco econômico a mostrar acréscimo (2,9%), somando US\$ 16,8 bilhões. Com isso, sua participação na pauta aumentou de 26,7% em 1997 para 29,2% em 1998. Foi registrado aumento de 2,1% nas compras à Alemanha, notadamente bens de capital, automóveis e adubos. Aumentaram, também, as compras efetuadas à França (19,2%), especialmente aeronaves, e à Suécia (24,8%), destacando-se autopeças e aparelhos para telecomunicações e suas partes.

Observou-se declínio mais acentuado em relação à Ásia (14,6%), reduzindo a participação relativa de 15% para 13,6%. As quedas mais significativas ocorreram em relação à Coreia do Sul (27,5%), particularmente aparelhos de comunicação e automóveis; Japão (9,5%), sobretudo aparelhos de comunicação e circuitos integrados; China (13,9%) e Malásia (24,4%), especialmente partes e acessórios para aparelhos de som e de comunicação.

Com referência à Aladi, o dispêndio de US\$ 12,4 bilhões representou regressão de 7,2% relativamente a 1997, mais significativa nas importações efetuadas ao Chile, Paraguai, México e Venezuela, sendo que, nos dois últimos, o impacto foi devido à queda nos preços do petróleo. As importações do Mercosul diminuíram apenas 2%. Contudo, a participação relativa do bloco aumentou de 15,7% em 1997 para 16,4% em 1998. Merece destaque a participação da Argentina, sobretudo nas vendas de veículos, trigo, arroz e leite.

Houve diminuição de 5,4% das importações provenientes dos EUA, maior fornecedor individual ao país, reflexo, em grande parte, das menores aquisições de aparelhos de comunicação e máquinas para processamento de dados. Em contraposição, registraram-se acréscimos nas compras de aviões, máquinas, partes e peças para veículos, produtos químicos e instrumentos de precisão.

Nas importações originárias do Oriente Médio, destaca-se o declínio das compras de petróleo da Arábia Saudita (-51,8%), em decorrência da redução de seus preços e da substituição de seu fornecimento pelo da Nigéria, onde o produto foi adquirido em montante de US\$ 618 milhões, no ano de 1998, crescimento de 13,8% em relação ao ano anterior, levando aquele país à condição de maior fornecedor de petróleo ao Brasil (30,6% do total), seguido pela Argentina (24,4%).

Serviços

As despesas líquidas de serviços (US\$ 29,5 bilhões) foram 12,1% maiores que no ano anterior. Este incremento decorreu, basicamente, do aumento da remessa de rendas de capitais para o exterior.

Os pagamentos líquidos de juros ao exterior totalizaram US\$ 11,9 bilhões, 15% a mais que no ano anterior. Deste montante, US\$ 6,5 bilhões referem-se a títulos mobiliários brasileiros no exterior, dos quais US\$ 3,5 bilhões relativos a *bônus* e US\$ 2,8 bilhões a *notes*. Os pagamentos de juros referentes a empréstimos regulamentados pela Resolu-

Quadro 5.6 - Serviços

US\$ milhões

Discriminação	1997			1998		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
Total	11 889	38 172	-26 284	13 222	42 682	-29 459
Viagens internacionais	1 069	5 446	-4 377	1 586	5 732	-4 146
Turismo	1 037	5 232	-4 195	1 550	5 491	-3 941
Cartões de crédito	398	3 467	-3 069	871	3 568	-2 697
Demais	639	1 766	-1 126	679	1 923	-1 244
Outras	32	213	- 181	35	240	- 205
Transportes	1 407	4 916	-3 509	1 866	5 124	-3 258
Fretes	499	1 894	-1 395	473	2 137	-1 664
Demais	908	3 022	-2 114	1 393	2 987	-1 594
Seguros	412	338	74	390	309	81
Renda de capitais	4 930	21 068	-16 138	4 382	23 635	-19 253
Juros	4 020	14 410	-10 390	3 895	15 843	-11 948
Lucros e dividendos	910	6 508	-5 597	488	7 669	-7 181
Lucros reinvestidos	-	151	- 151	-	124	- 124
Governamentais (n.i.o.i.)	501	851	- 350	548	933	- 385
Diversos	3 570	5 553	-1 984	4 450	6 949	-2 499

ção nº 63 totalizaram US\$ 622 milhões. Os juros de financiamento de importação somaram US\$ 2,5 bilhões, dos quais US\$ 2,2 bilhões vinculados a financiamentos de longo prazo; os juros incidentes sobre pagamentos antecipados de exportação totalizaram US\$ 1,2 bilhão.

As remessas líquidas de lucros e dividendos, 28,3% superiores às de 1997, refletiram tanto o aumento de despesas, de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 7,6 bilhões, quanto a diminuição de receitas de US\$ 910 milhões para US\$ 488 milhões. A diminuição de receitas resultou principalmente da redução de US\$ 535 milhões para US\$ 163 milhões, dos ingressos de lucros de subsidiárias e filiais de empresas brasileiras no exterior. Os ingressos de dividendos e bonificações, US\$ 325 milhões, diminuíram US\$ 50 milhões. O aumento de despesas concentrou-se em pagamentos de dividendos e bonificações, 44,2% maiores, que somaram US\$ 2,6 bilhões. As participações acionárias em companhias não-subsidiárias de empresas estrangeiras geraram pagamentos de US\$ 702 milhões e os investimentos regulamentados pelos anexos I a V, US\$ 1,4 bilhão. As remessas de lucros distribuídos aumentaram para US\$ 5 bilhões, dos quais US\$ 3,2 bilhões pagos por subsidiárias e filiais de companhias estrangeiras. Os pagamentos de juros sobre investimento direto foram de US\$ 1,6 bilhão.

Os gastos líquidos com viagens internacionais diminuíram 5,3%, determinados, principalmente, pelo aumento de 49,5% nos gastos de turistas estrangeiros no País, que alcançaram US\$ 1,6 bilhão, apesar do aumento do gasto com turismo no exterior, de US\$ 5,2 para US\$ 5,5 bilhões (5%). Os pagamentos de estrangeiros com cartões de crédito no Brasil aumentaram de US\$ 398 milhões para US\$ 871 milhões, enquanto que os gastos de brasileiros no exterior registraram aumento bem menor, de US\$ 101 milhões. Os outros gastos líquidos com turismo, que incluem aquisição de moeda estrangeira e cheques de viagem, foram de US\$ 1,2 bilhão.

As despesas líquidas com transportes recuaram de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 3,2 bilhões em 1998, dos quais US\$ 1,7 bilhão com despesas líquidas de fretes. Destacam-se, nos demais gastos, as despesas líquidas com passagens aéreas internacionais, que recuaram de US\$ 737 milhões para US\$ 542 milhões.

Os gastos governamentais líquidos foram de US\$ 385 milhões, US\$ 35 milhões superiores a 1997. Entre as receitas, US\$ 173 milhões referem-se ao custeio de gastos diplomáticos estrangeiros no País, e US\$ 350 milhões a recursos remetidos a entidades internacionais. Do total de despesas, US\$ 504 milhões foram remetidos pelo governo brasileiro e US\$ 309 milhões por entidades internacionais. Outros US\$ 121 milhões foram repatriados por governos estrangeiros.

Os serviços de seguro geraram receitas líquidas de US\$ 81 milhões. As receitas foram de US\$ 390 milhões, dos quais US\$ 379 milhões destinados a indenizações de sinis-

tros. As despesas, US\$ 309 milhões, incluem US\$ 133 milhões em prêmios de seguros de importação e US\$ 108 milhões de prêmios de outros seguros.

Os gastos líquidos com serviços diversos aumentaram 26% em relação ao ano anterior, somando US\$ 2,5 bilhões, dos quais US\$ 2,2 bilhões relativos a fatores de produção e US\$ 258 milhões não-relativos a fatores de produção. Entre os serviços relativos a fatores de produção, destacam-se as receitas de serviços administrativos (US\$ 1,3 bilhão), de serviços técnicos especializados (US\$ 1,1 bilhão) e de comissões contratuais (US\$ 434 milhões); e as despesas com serviços técnicos especializados (US\$ 1 bilhão), em operações de *hedge* (US\$ 917 milhões), de *software* (US\$ 721 milhões) e de aluguel de equipamentos (US\$ 656 milhões). Entre os serviços não-relativos a fatores de produção, destacam-se as receitas de serviços de comunicação (US\$ 154 milhões) e de publicidade (US\$ 116 milhões); os gastos com serviços bancários (US\$ 188 milhões) e com cursos e congressos (US\$ 173 milhões).

Quadro 5.7 - Serviços diversos

US\$ milhões

Discriminação	1997			1998		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
Total	3 570	5 553	-1 984	4 450	6 949	-2 499
Relativos a fatores						
de produção	3 173	5 015	-1 842	3 956	6 197	-2 241
Aluguel de equipamentos	40	694	- 654	14	656	- 642
Comissões contratuais	437	492	- 55	437	488	- 51
Administrativos	1 113	500	614	1 334	448	886
Direitos autorais	7	185	- 178	16	239	- 223
Vencimentos e ordenados	248	202	46	273	178	95
Operações de <i>hedge</i>	62	556	- 494	160	917	- 756
Fornecimento de tecnologia industrial	11	514	- 503	53	597	- 544
Serviços técnicos						
especializados	737	762	- 25	1 094	1 006	88
<i>Software</i> (cópia)	4	509	- 505	7	721	- 714
Demais	515	601	- 87	568	949	- 381
Não-relativos a fatores						
de produção	397	539	- 142	494	752	- 258
Comunicações	142	34	108	154	98	56
Cursos e congressos	15	117	- 102	19	173	- 153
Publicidade	92	52	40	116	66	50
Demais	147	335	- 188	205	415	- 211

Transferências unilaterais

As transferências unilaterais líquidas diminuíram 19,7% em relação ao ano anterior, em função, principalmente, da redução em ingressos para manutenção de residentes, que somaram US\$ 804 milhões. As transferências para disponibilidade no exterior e as demais transferências somaram, respectivamente, US\$ 158 milhões e US\$ 1,3 bilhão.

Movimento de capitais

Os investimentos estrangeiros diretos líquidos atingiram US\$ 26,1 bilhões no ano, suficientes para financiar 76,6% do déficit em transações correntes. Ingressaram US\$ 28,7 bilhões, dos quais US\$ 101 milhões em bens, US\$ 124 milhões sob a forma de reinvestimentos de lucros e dividendos, US\$ 2,2 bilhões oriundos de conversões de juros e principal de dívida externa em investimentos e US\$ 26,3 bilhões em moeda. As inversões relativas a privatizações somaram US\$ 6,1 bilhões, dos quais US\$ 4,2 bilhões no setor de telecomunicações, com destaque para US\$ 2,7 bilhões do Sistema Telebrás, e US\$ 1,9 bilhão no setor elétrico. Os investimentos estrangeiros diretos autônomos, US\$ 22,6 bilhões, foram equivalentes a 78,7% dos ingressos, o que reflete o interesse difuso de investidores estrangeiros no país e a viabilidade da absorção de capitais estrangeiros de risco independentemente do processo de privatização.

Os fluxos de investimentos em portfólio se inverteram em relação a 1997 e registraram retornos líquidos ao exterior de US\$ 1,8 bilhão em 1998. Até julho, os investimentos líquidos em portfólio no país somavam US\$ 9,5 bilhões, mas a crise de confiança de investidores estrangeiros em relação aos mercados emergentes, detonada pela crise econômica da Rússia, teve como resultado saídas líquidas, em agosto e setembro, de US\$ 3,8 bilhões relativas a resgates de aplicações reguladas pelos anexos I a IV da Resolução nº 1.289, de 20.3.87, e de US\$ 6 bilhões relativas a resgates de aplicações em fundos de renda fixa. Já em outubro, as saídas diminuíram expressivamente e mantiveram-se, até o fim do ano, próximas à média dos sete primeiros. As aplicações em anexos I a IV e fundos de renda fixa encerraram o ano com saques líquidos de US\$ 1,6 bilhão e US\$ 3 bilhões, respectivamente. Os ingressos líquidos referentes a colocações de ADR, por outro lado, somaram US\$ 3,6 bilhões.

Os investimentos brasileiros líquidos no exterior, US\$ 3,4 bilhões, suplantaram em mais de duas vezes os do ano anterior. Os investimentos diretos líquidos somaram US\$ 2,7 bilhões, dos quais US\$ 2,2 bilhões em subsidiárias ou filiais e US\$ 520 milhões em participações de companhias não-coligadas. Os investimentos líquidos em portfólio, US\$ 553 milhões, restringiram-se praticamente a aplicações em Fundos de Investimento no Exterior (Fiex), com saídas de US\$ 2,4 bilhões e ingressos de US\$ 1,9 bilhão.

Quadro 5.8 - Movimento de capitais

US\$ milhões

Discriminação	1997			1998		
	Ingresso	Saída	Saldo	Ingresso	Saída	Saldo
Total	113 334	87 261	26 072	126 984	111 060	15 924
Investimentos	58 953	38 289	20 664	62 622	41 862	20 760
Brasileiros	807	2 377	-1 569	2 173	5 572	-3 398
Estrangeiros	58 145	35 912	22 233	60 448	36 290	24 158
Portfólios	39 552	34 252	5 300	31 830	33 682	-1 851
Diretos	18 594	1 660	16 933	28 618	2 609	26 009
Privatizações	5 249	-	5 249	6 121	-	6 121
Demais	13 345	1 660	11 684	22 497	2 609	19 888
Reinvestimentos	151	-	151	124	-	124
Empréstimos e financiamentos a médio e longo prazos ^{1/}	50 006	31 441	18 564	66 337	40 105	26 232
Brasileiros	891	2 727	-1 836	1 254	6 518	-5 264
Estrangeiros	49 115	28 714	20 400	65 083	33 587	31 496
Organismos internacionais	3 150	1 520	1 630	4 170	1 459	2 711
Agências governamentais	1 260	1 814	- 555	1 144	2 060	- 916
Créditos de fornecedores e compradores	15 835	3 128	12 707	18 096	16 149	1 947
Bancos	2 434	2 569	- 135	5 752	2 601	3 151
Bônus	4 995	10 317	-5 321	2 698	2 867	- 169
Notes	15 591	6 622	8 969	23 672	3 612	20 060
Commercial Papers	315	570	- 255	647	443	204
Demais	5 534	2 174	3 361	8 904	4 396	4 508
Capitais a curto prazo (líquido)	-	17 531	-17 531	-	29 093	-29 093
Outros capitais (líquido)	4 224	-	4 224	-2 099	-	-2 099

1/ Inclui refinanciamentos.

Os financiamentos estrangeiros de longo prazo líquidos ao país totalizaram US\$ 3,7 bilhões em 1998, contra US\$ 13,8 bilhões no ano anterior. Esta diminuição era esperada e decorreu do aumento das amortizações de financiamentos de fornecedores e compradores concedidos ao país em 1997.

Os desembolsos de financiamentos cresceram 15,6%, alcançando US\$ 23,4 bilhões, em função do aumento de US\$ 2,3 bilhões nos créditos de fornecedores e compradores. Os financiamentos de organismos internacionais somaram US\$ 4,2 bilhões; os financiamentos das agências financeiras de governos estrangeiros totalizaram US\$ 1,1 bilhão, redução de 9,2%.

Quadro 5.9 - Financiamentos oficiais e créditos de fornecedores e compradores

Desembolsos ao Brasil

Discriminação	1997			1998		
	Moeda	Mercadoria	Total	Moeda	Mercadoria	Total
Total	4 003	16 242	20 245	5 043	18 367	23 410
Organismos internacionais	3 106	44	3 150	4 136	34	4 170
BID	1 346	24	1 369	2 048	2	2 050
BIRD	1 194	17	1 211	1 446	26	1 471
CFI	566	4	570	643	7	649
Agências governamentais	897	363	1 260	906	237	1 144
Eximbank - Japão	386	70	456	228	135	363
KFW	295	81	376	200	14	214
Outras	216	212	428	478	88	566
Créditos de fornec.e compradores	-	15 835	15 835	-	18 096	18 096

As amortizações de financiamentos aumentaram US\$ 13,2 bilhões em relação a 1997, em decorrência do pagamento dos financiamentos de fornecedores e compradores, que apresentaram elevação significativa naquele ano, por força da edição da Circular nº 2.747, que induziu o registro de importações de longo prazo que antes eram tratadas como de curto prazo, distorcendo os valores efetivamente importados com prazo superior a um ano. As amortizações de financiamentos multilaterais reduziram-se em US\$ 61 milhões, e as amortizações de financiamentos bilaterais aumentaram US\$ 245 milhões.

Os desembolsos de empréstimos estrangeiros cresceram 44,3% em relação ao ano anterior, situando-se em US\$ 41,7 bilhões, em função de significativos aumentos na colocação de *notes*, US\$ 23,7 bilhões, e nas concessões de créditos de bancos estrangeiros e de coligadas de companhias brasileiras, que totalizaram, respectivamente, US\$ 5,7 bilhões e US\$ 6,7 bilhões.

O fluxo líquido de empréstimos de longo prazo para repasses ao setor agroindustrial inverteu-se em relação ao ano anterior. As saídas líquidas, iniciadas em maio e muito expressivas em setembro e outubro, mantiveram-se até o final do ano, resultando em amortização líquida de US\$ 1,2 bilhão no ano.

As saídas de curto prazo aumentaram de US\$ 11,7 bilhões para US\$ 29,1 bilhões, sendo US\$ 9,4 bilhões correspondentes a linhas de crédito para comércio, dos quais US\$ 4,2 bilhões somente nos dois últimos meses do ano. Os empréstimos agroindustriais de curto prazo líquidos, ao contrário do ano anterior, quando houve ingresso líquido de US\$ 2,7 bilhões, foram negativos em US\$ 1,1 bilhão; as operações com instituições no exterior resultaram em remessas líquidas de US\$ 24,8 bilhões.

Quadro 5.10 - Brasil: Fluxos financeiros por credor externo^{1/}

US\$ milhões					
Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998
Total	-6 407	-3 493	- 24	-9 169	-2 356
Ingressos	10 535	17 938	26 942	31 036	46 987
Amortizações ^{2/}	9 118	11 032	14 448	26 021	33 597
Juros ^{3/}	7 824	10 399	12 518	14 184	15 746
BIRD^{4/}	-1 352	- 887	178	121	704
Ingressos	718	1 133	2 043	1 781	2 121
Amortizações	1 468	1 434	1 362	1 166	1 112
Juros	602	586	503	493	304
BID	- 100	- 41	292	716	1 448
Ingressos	416	522	832	1 369	2 050
Amortizações	288	311	300	354	347
Juros	228	252	240	300	255
FMI	- 164	- 83	- 96	- 55	- 10
Ingressos	-	-	-	-	-
Amortizações	129	47	72	33	10
Juros	35	36	24	22	0
Bônus	-1 770	-1 987	-2 548	-8 368	-3 661
Ingressos	200	1 819	1 263	2 751	2 698
Amortizações	480	629	571	7 624	2 867
Juros	1 490	3 177	3 240	3 496	3 492
Intercompanhias	- 193	282	474	1 324	4 525
Ingressos	632	1 133	1 578	3 062	6 656
Amortizações	454	402	355	494	875
Juros	371	449	749	1 244	1 256
Bancos^{5/}	-3 817	-3 205	-5 467	-3 056	366
Ingressos	896	1 426	562	2 434	5 752
Amortizações	1 781	1 456	3 640	2 569	2 601
Juros	2 932	3 175	2 389	2 921	2 785
Agências governamentais	-1 691	-2 976	-3 988	-2 987	-3 251
Agências	- 173	- 374	- 155	- 736	-1 068
Ingressos	306	403	394	1 260	1 144
Amortizações	354	550	355	1 814	2 060
Juros	125	227	194	181	152
Clube de Paris	-1 518	-2 602	-3 833	-2 252	-2 183
Amortizações	643	1 493	2 136	1 496	1 497
Juros	875	1 109	1 697	756	686
Outros	2 680	5 404	11 131	3 136	-2 467
Ingressos	7 367	11 502	20 270	18 379	26 567
Amortizações	3 521	4 710	5 657	10 472	22 228
Juros	1 166	1 388	3 482	4 771	6 816

1/ Exclui refinanciamentos, pagamentos em moeda nacional e operações de regularização.

2/ Exclui atrasados com bancos de US\$ 631 milhões (1994).

3/ Exclui atrasados de US\$ 284 milhões em 1994 (bancos) .

4/ Inclui CFI.

5/ Exclui buyers.

Endividamento externo

Em agosto de 1998, a decretação da moratória russa provocou instabilidade no mercado financeiro internacional. A percepção acerca da elevação do risco concentrou-se sobre os países emergentes. No caso brasileiro, o financiamento do déficit em conta corrente, através do influxo de capitais externos, foi prejudicado. O nível das reservas internacionais no Banco Central do Brasil, no conceito liquidez internacional, decresceu US\$ 21,5 bilhões em setembro. Neste contexto de restrição da liquidez internacional e forte saída de recursos, o Brasil iniciou conversações com o Fundo Monetário Internacional para obter acesso aos recursos geridos pela instituição e por outros organismos internacionais, como o BIS, de modo a recuperar o nível adequado de reservas e restaurar a confiança dos investidores internacionais na economia brasileira, favorecendo conseqüentemente o retorno dos capitais. O passo inicial para o fechamento do acordo foi a divulgação de um conjunto de medidas fiscais em outubro de 1998. As medidas contemplavam tanto elevação de receitas como diminuição de despesas.

Em dezembro de 1998, o Brasil recebeu a primeira parcela de recursos externos que compõem o programa de auxílio financeiro internacional. Tais recursos, US\$ 9,32 bilhões, foram incorporados à dívida externa total e podem ser decompostos da seguinte forma: US\$ 759 milhões do Fundo Monetário Internacional, na modalidade *Credit Tranche*, remunerados de acordo com a taxa de juros do Direito Especial de Saque (unidade de conta utilizada pelo FMI, baseada numa cesta de moedas) e carência de 3 1/4 anos; US\$ 4,02 bilhões do FMI, na modalidade *Supplemental Reserve Facility*, com taxa de remuneração composta pela taxa de juros do DES acrescida de 300 pontos básicos durante o primeiro ano e, após esse período, mais 50 pontos básicos ao semestre até o teto de 500 pontos básicos, e amortizações em duas parcelas, com vencimento em 12 e 18 meses, prorrogável por mais 12 meses; US\$ 4,15 bilhões, provenientes do BIS, com remuneração pela Libor de seis meses acrescida de 460 pontos básicos, amortizações pagas seis meses após o empréstimo e com possibilidade de sucessivas prorrogações de 6 meses, até que ocorra a data do último vencimento do empréstimo via *Supplemental Reserve Facility*, havendo acréscimo de 50 pontos básicos, a cada prorrogação de 6 meses, até o teto de 560 pontos básicos; US\$ 390 milhões do Bank of Japan (BoJ), na modalidade *Short-term Swap Facility*, à taxa composta por *Libor* de um mês acrescida de 560 pontos básicos, e amortização idêntica à definida no empréstimo concedido pelo BIS.

Dívida externa total

Conforme estimativa, o estoque da dívida externa total em dezembro de 1998 era de US\$ 235,1 bilhões, com crescimento de 17,5% em relação a dezembro de 1997. Essa variação se deveu à dívida de médio e longo prazo, que saltou de US\$ 163,3 bilhões para US\$ 210,5 bilhões, aumento de 28,9% no ano, já que a dívida de curto prazo apresentou redução de 32,9%, passando de US\$ 36,7 bilhões em dezembro de 1997

para US\$ 24,6 bilhões em dezembro de 1998. Assim, enquanto a participação da dívida de médio e longo prazo na dívida total subiu, a de curto prazo caiu de 18,4% em 1997 para 10,5% em 1998.

Quadro 5.11 - Endividamento externo bruto

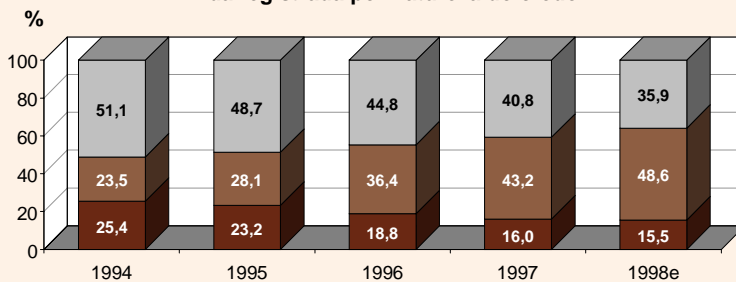
US\$ milhões

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998e
A. Dívida total (B+C)	148 295	159 256	179 935	199 998	235 058
B. Dívida de médio e longo prazos ^{1/}	119 668	128 732	142 148	163 283	210 458
Empréstimos do FMI	186	142	68	32	11
Bônus de dívida renegociada com bancos	51 538	51 451	51 239	41 930	40 400
Demais bônus	1 616	2 452	3 637	7 457	8 900
Financiamentos de importações	35 711	36 113	34 165	50 785	65 040
Entidades internacionais	10 473	10 680	11 325	12 353	17 379
Agências governamentais	19 473	18 976	15 821	14 348	15 339
Outros financiadores	5 765	6 457	7 019	24 084	32 322
Empréstimos em moeda	30 387	38 347	52 836	62 898	95 949
Empréstimos diversos	230	227	203	181	158
C. Dívida de curto prazo	28 627	30 524	37 787	36 715	24 600
Linhas de crédito de import. de petróleo	2 530	3 067	4 985	5 695	4 276
Outras linhas de crédito de empresas					
públicas não-financeiras	56	354	177	-	-
Bancos comerciais (obrigações)	25 575	26 235	30 611	26 501	18 476
Financiamento rural (Res. nº 2.148)	-	581	1 944	4 003	1 232
Outras operações ^{2/}	466	287	70	516	616

1/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, não cabendo conciliação com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

2/ A partir de 1997 inclui, além de operações do Banco Central, *Bridge Loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras e - Estimado.

Gráfico 5.9
Dívida registrada por natureza do credor



■ Organismos internacionais e agências governamentais ■ Bancos ■ Outros

Obs: Em 1994, o valor dos bônus referentes às renegociações com bancos está incluído em "Outros".

Os empréstimos em moeda totalizaram US\$ 95,2 bilhões, contra ingressos de US\$ 62,9 bilhões ocorridos em 1997, crescimento de 52,5%. Os financiamentos de importações cresceram 28,1%, atingindo US\$ 65 bilhões.

A diminuição da dívida de curto prazo deveu-se à redução de US\$ 8 bilhões na dívida dos bancos comerciais, e de US\$ 2,8 bilhões na dívida relativa ao financiamento rural (Resolução nº 2.148), que, em 1998, representou 30,8% do ocorrido em 1997.

A dívida externa líquida, conceito no qual se desconta do passivo, ativos como reservas internacionais e créditos brasileiros no exterior, expandiu 32,6% em 1998. O crescimento da dívida líquida foi quase o dobro do da dívida externa total em função do decréscimo das reservas internacionais que, no conceito liquidez internacional, encerraram 1998 em US\$ 44,6 bilhões, US\$ 7,6 bilhões abaixo da posição do final de 1997.

Os principais indicadores de endividamento apresentaram o seguinte comportamento: a razão Dívida total/Exportações saltou de 3,8 para 4,6; a razão Dívida líquida/Exportações de 2,6 para 3,5; os percentuais Dívida total/PIB e Dívida líquida/PIB passaram de 24,9% para 30,2% e de 16,9% para 23,2%, respectivamente; o serviço da dívida externa brasileira - soma entre despesa de juros e de amortizações - representou, em 1998, maior parcela da receita de exportações e do PIB, em relação a 1997. O crescimento do volume de amortizações, de US\$ 26,1 bilhões em 1997 para US\$ 33,4 bilhões em 1998, foi o principal responsável pelo peso maior do endividamento sobre a economia brasileira. Em relação às exportações, as despesas decorrentes do estoque de dívida externa cresceram de 76,3% para 96,4%. Comparado com o PIB, o serviço da dívida passou de 5,0% para 6,3%.

Gráfico 5.10

Composição da dívida externa registrada

Dezembro de 1997

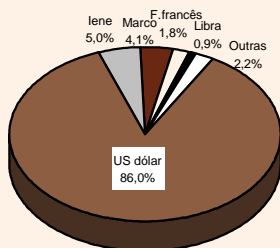
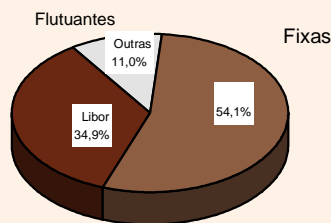
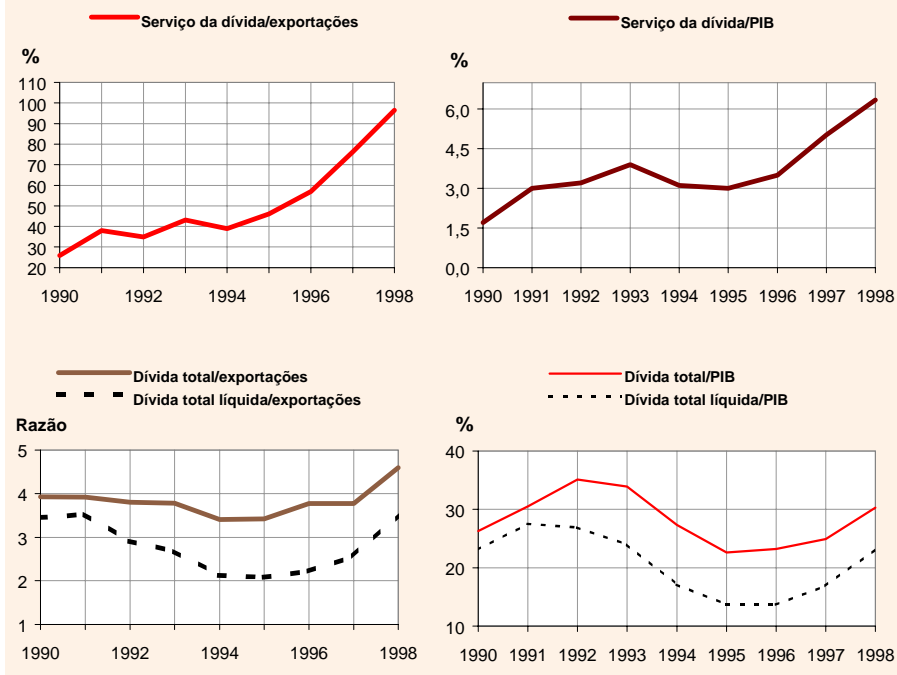
Distribuição por moeda**Distribuição por modalidade de taxas de juros**

Gráfico 5.11

Indicadores de endividamento



A contração das exportações e a do PIB medido em dólares em 1998, ambas em torno de 3,5%, acentuaram a deterioração dos indicadores de endividamento que utilizam estas variáveis macroeconômicas para fins de comparação.

Dívida externa pública registrada

A dívida externa pública registrada - composta pelas operações com prazo superior a 360 dias e pelas captações de prazo inferior via Resolução nº 2.148 (financiamento rural) e Resolução nº 2.312 (empréstimo para repasse a empresas exportadoras), cujo devedor pertence ao setor público ou possui aval deste - atingiu US\$ 98,3 bilhões na estimativa para 1998, uma elevação de 14,2% tomando-se 1997 como base. Em termos relativos, a elevação pode ser explicada pela contratação de dívida por estados e municípios, com crescimento de 35,1%, e pela contratação, por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, com crescimento de 69%. Em termos absolutos, a variação deste último item representou acréscimo de dívida no montante de US\$ 11,2 bilhões. A estimativa de 1998 para o estoque da dívida registrada, contratada diretamente pelo governo federal, revelou redução de 0,3% em relação a 1997, situando-se em US\$ 65,8 bilhões.

Quadro 5.12 - Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista - US\$ milhões

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998e
Governo federal (contratada diretamente)	75 701	76 031	74 010	65 989	65 800
Estados e municípios	2 140	2 333	2 796	3 512	4 745
Direta	234	229	347	364	...
Com aval	1 906	2 104	2 449	3 148	...
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	16 685	16 264	15 742	16 173	27 327
Direta	6 377	6 147	7 668	9 297	...
Com aval	10 308	10 117	8 074	6 876	...
Setor privado (com aval do setor público)	394	485	370	489	507
Total geral	94 920	95 113	92 918	86 163	98 379
Direta	82 312	82 407	82 025	75 650	...
Com aval	12 608	12 706	10 893	10 513	...
Pelo governo federal	11 929	11 933	10 255	10 111	...
Pelos estados e municípios	1	2	1	1	...
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	678	771	637	401	...

e - estimado

Lançamento de bônus da República

A República Federativa do Brasil realizou quatro emissões de bônus em 1998 - todas no primeiro semestre - que totalizaram US\$ 2,71 bilhões. Em março, houve a reabertura do programa de emissão global do bônus Global-27, iniciada em junho de 1997. Captou-se mais US\$ 500 milhões em condições semelhantes às anteriores: vencimento em 2027, taxa de 10,125% ao ano, e 440 pontos básicos de *spread*. A operação, autorizada pela Resolução nº 57 do Senado, envolveu apenas recursos novos, com direcionamento específico para o abatimento da dívida interna. Ainda em março, o governo brasileiro efetuou seu primeiro lançamento denominado em ECU, unidade que viria a se transformar na moeda Euro em janeiro de 1999. Com o bônus Euro captou-se US\$ 547 milhões, pelo prazo de 5 anos, à taxa de 8,625% ao ano e *spread* de 417 pontos básicos. Em abril, houve captação equivalente a US\$ 417 milhões em marcos alemães. O Euromarco foi colocado no mercado de Eurobônus com prazo de 10 anos, às taxas de 10% para os primeiros 2 anos e de 7% para os anos restantes, e *spread* de 328 pontos básicos. No mesmo mês, ocorreu o lançamento do Global-08, com captação em dólar no valor de US\$ 1,25 bilhão. O prazo deste título é de 10 anos, à taxa de 9,375% ao ano, e o *spread* de 375 pontos básicos, com pagamento de juros semestral. A finalidade específica dos recursos obtidos através do Global-08 é também abater dívida interna. A partir de agosto, a crise da Rússia e a decorrente situação de instabilidade no mercado financeiro internacional contribuíram para inviabilizar novos lançamentos de títulos soberanos.

Títulos da dívida externa brasileira

Em 1998, foi realizado o cancelamento de US\$ 97 milhões da dívida externa brasileira, por meio de operações de *swap* de dívida, nas quais os devedores adquiriram títulos da dívida externa brasileira no mercado secundário e, conforme a Lei nº 9.665 e o acordo com o Clube de Paris, abateram suas dívidas com o Brasil pelo valor de face dos papéis. A recompra dos títulos de sua própria dívida permitiu ao Brasil liberar garantias colaterais, títulos do Tesouro dos Estados Unidos até então imobilizados em custódia no BIS. As vendas dos papéis de emissão americana, somadas à liberação das garantias expressas em dinheiro e a outras liberações provenientes de cancelamento ocorrido em 1997, possibilitaram a incorporação de US\$ 76 milhões às reservas internacionais brasileiras.

As cotações dos títulos da dívida externa brasileira no mercado secundário refletiram dois momentos de turbulência econômica em 1998. Os bônus apresentaram preços relativamente estáveis até julho, com leve tendência à baixa. Em agosto, com a declaração da moratória russa e a desconfiança por parte dos investidores internacionais, as cotações de todos os bônus de emissão da República brasileira sofreram queda acentuada. O *Capitalization Bond* (C-Bond), título de liquidez elevada, encerrou o mês de agosto cotado a 51,625 centavos de dólar, desvalorização de 32,4% em relação a julho. O Global-08 desvalorizou-se em 35,6% entre julho e agosto, quando a cotação atingiu 58,750 centavos de dólar. A partir de setembro, iniciou-se a recuperação dos preços influenciada pelas conversações entre Brasil e FMI, pela proposta de um conjunto de medidas fiscais por parte do governo brasileiro e pela posterior obtenção de novos recursos externos. Antes do retorno ao patamar de preços anterior à crise de agosto, o processo de recuperação foi detido. Em dezembro, surgiu nova tendência de queda, ainda que em magnitude inferior à de agosto. No acumulado do ano, todos os títulos tiveram seu valor reduzido no mercado secundário. Ao término de 1998, em comparação com o mesmo período de 1997, o *Interest Due and Unpaid Bond* (IDU) registrava perdas de 4,7%, o *Capitalization Bond* (C-Bond) de 23,8%, o *Par Bond* de 18,5%, o *Discount Bond* de 29%, o *Eligible Interest Bond* (EI) de 24,7%, o *Debt Conversion Bond* (DCB) de 34,5%, o bônus Global-01 de 4,8% e o Global-27 de 28%.

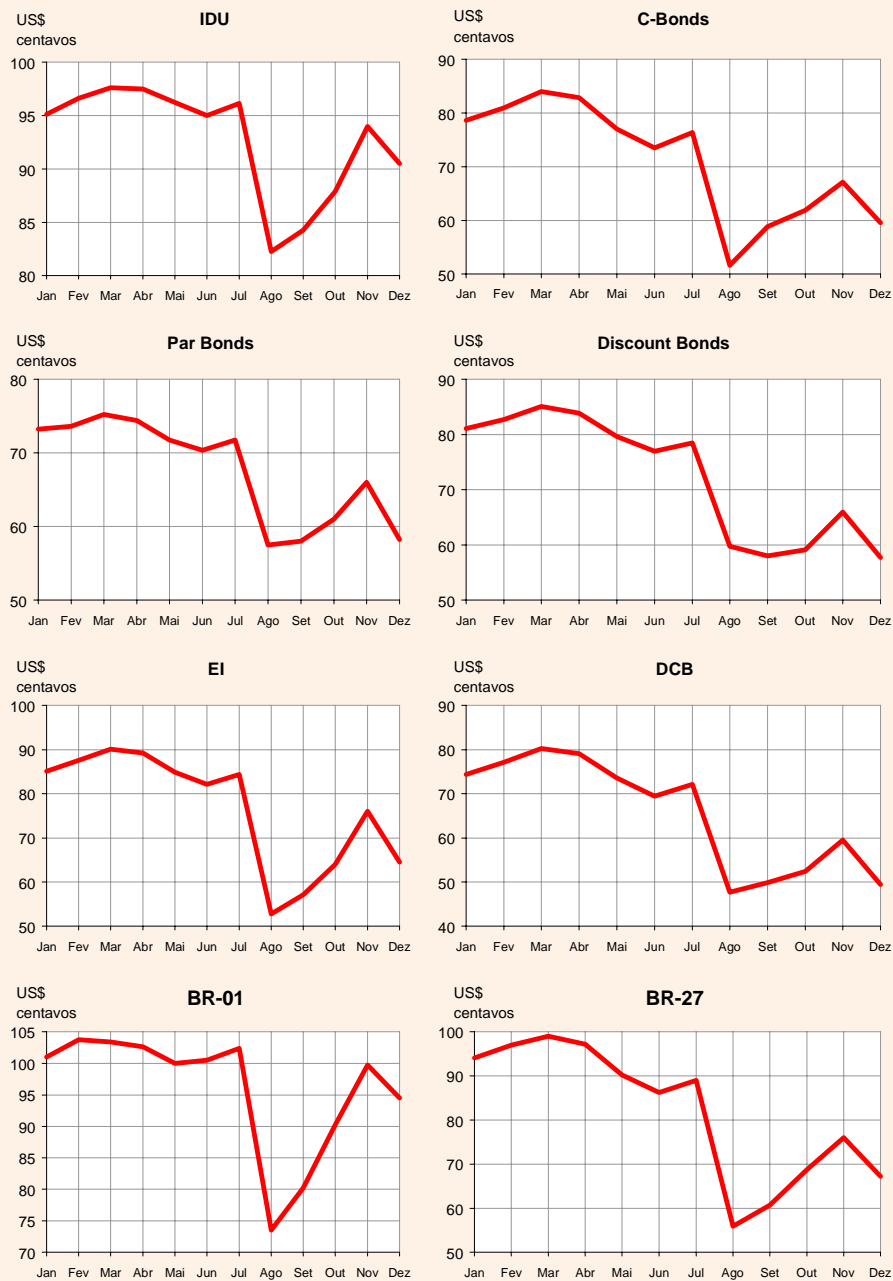
O saldo dos *Bradies* em dezembro de 1998 somava US\$ 35,92 bilhões, distribuídos como se segue: *C-Bond*, US\$ 8,61 bilhões; *DCB*, US\$ 8,49 bilhões; *Discount Bond*, US\$ 5,41 bilhões; *EI*, US\$ 5,21 bilhões; *Front-Loaded Interest Reduction Bond* (FLIRB), US\$ 1,74 bilhão; *New Money Bond* 1994 (NMB94), US\$ 2,24 bilhões; *Par Bond*, US\$ 4,22 bilhões. Os três títulos emitidos pela República anteriormente ao Plano Brady, *IDU*, *New Money Bond* 1988 (NMB88) e *Brazilian Investment Bond* (Exit Bond) somavam US\$ 4,5 bilhões. Os bônus emitidos após o Plano Brady somavam US\$ 8,9 bilhões. Portanto, o saldo total em bônus da República, US\$ 49,32 bilhões, representava 21% da dívida externa total estimada para dezembro de 1998.

Gráfico 5.12

Cotações de títulos brasileiros no exterior

Mercado secundário - final de período

1998



Clube de Paris

O Clube de Paris engloba agências governamentais da Alemanha, Áustria, Estados Unidos, Canadá, França, Japão, Itália, Reino Unido, Holanda, Suécia, Espanha, Bélgica e Suíça. A dívida externa brasileira com os credores representados pelo Clube de Paris somava US\$ 10,36 bilhões ao final de 1998. No ano, o governo brasileiro realizou pagamentos de US\$ 1,5 bilhão referente a amortizações e de US\$ 0,69 bilhão referente a juros.

Transferências líquidas de recursos ao exterior

Os fluxos financeiros com credores estrangeiros registraram saídas líquidas de US\$ 2,3 bilhões, o que representou diminuição de US\$ 6,8 bilhões relativamente ao ano anterior, como conseqüência do aumento de US\$ 16 bilhões nos ingressos, US\$ 7,6 bilhões nas amortizações e US\$ 1,6 bilhão nos pagamentos de juros.

As entradas líquidas de recursos provenientes de organismos (BID, Bird e FMI) apresentaram expressivo crescimento, em razão de maiores ingressos provenientes do Bird e BID, que alcançaram US\$ 4,2 bilhões, igualmente distribuídos entre as duas instituições. As remessas líquidas efetuadas às agências governamentais situaram-se em US\$ 3,3 bilhões, dos quais US\$ 2,2 bilhões referentes ao Clube de Paris.

Os empréstimos líquidos intercompanhias alcançaram US\$ 4,5 bilhões, significando incremento de 242%, o que é explicado pelo fato de estarem vinculados aos investimentos estrangeiros diretos, que apresentaram significativo crescimento no período. Os pagamentos de juros sobre esses empréstimos, que haviam crescido muito em 1997, mantiveram-se no mesmo patamar em 1998 (US\$1,3 bilhão).

Os ingressos provenientes de bancos mais que dobraram, alcançando US\$ 5,8 bilhões, o que proporcionou forte reversão nesta conta, que passou a apresentar saldo positivo de US\$ 306 milhões, ante déficit de US\$ 3 bilhões no período anterior.

As remessas líquidas de bônus, que em 1997 foram elevadas devido à amortização de bônus Brady, caíram de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 3,7 bilhões. As colocações de bônus nos mercados externos mantiveram-se no mesmo nível do ano anterior, bem como o pagamento dos juros de bônus.

O item outros, que engloba principalmente os empréstimos em *notes*, os de financiamento do comércio *buyers* e *suppliers* e os pelo mecanismo da Resolução nº 63 (repasso interno), apresentou saída negativa de US\$ 2,5 bilhões, revertendo o sinal do fluxo dos anos recentes, por causa das elevadas amortizações, que chegaram a US\$ 22,2 bilhões. As maiores saídas foram destinadas ao pagamento dos financiamentos obtidos por meio de *buyers* e *suppliers*, com US\$ 16,1 bilhões.